

Ciências Humanas e Sociais

Ciências Humanas e Sociais

Olhares polissêmicos

Organizadores:

Bernardo Leite Costa

Marcelo de Sousa Araujo



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: Daniel Labrosse @labrosse

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

COSTA, Bernardo Leite; ARAUJO, Marcelo de Sousa (Orgs.)

Ciências humanas e sociais: olhares polissêmicos [recurso eletrônico] / Bernardo Leite Costa; Marcelo de Sousa Araujo (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

125 p.

ISBN - 978-85-5696-509-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Filosofia; 2. Ciências Humanas; 3. Sociais; 4. Ensaios; 5. Interpretação; I. Título.

CDD: 300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Sumário

Apresentação	9
Marcelo de Sousa Araujo	
1.....	11
Ciências sociais ou ciências humanas? O desafio do direito enquanto ciência jurídica, social e humana diante os desafios do pós modernismo na contemporaneidade - a evolução da mulher no direito de Família	
Amanda Lima Pereira	
2	27
Contribuições do curso de pedagogia a distância da UEMANET para a formação de professores em exercício no polo de Coelho Neto-Maranhão	
Ana Carla Vale Lago; Jonilson Costa Correia	
3	43
A música de Luiz Gonzaga como instrumento de ensino aprendizagem da língua portuguesa	
Carlos Augusto Pereira Mendes	
4	61
Marxismo e história: o humanismo como enfrentamento ao discurso pós-moderno	
Marcelo de Sousa Araujo	
5	79
Conservadorismo e neoconservadorismo na atual conjuntura socioeconômica	
Tatiane Nogueira Santos	
6	99
Novos padrões de riqueza e as transformações da opulência em São Luís Oitocentista	
Yara Cristine Soares Santos	

Apresentação

Marcelo de Sousa Araujo¹

É com muita satisfação que apresentamos para a comunidade acadêmica e sociedade em geral a coletânea: **“Ciências Humanas e Sociais: olhares polissêmicos”**. O trabalho em questão é composto por 06 artigos de autores das mais variadas áreas das Ciências Humanas e Sociais, tais como: História, Geografia, Direito, Letras, Serviço Social e Pedagogia

No primeiro artigo, ***Ciências Sociais ou Ciências Humanas? O desafio do Direito enquanto Ciência Jurídica, Social e Humana diante os desafios do Pós-Modernismo na Contemporaneidade – A evolução da mulher no Direito de família***, a Bacharel em Direito, Amanda Lima Pereira, traz uma verdadeira reflexão sobre o papel do direito, em especial, o Direito de Família, nesses tempos caracterizados pela instantaneidade e liquidez.

O Doutorando em Educação Jonilson Costa Correia e a Mestre em Educação Ana Carla Vale Lago, no segundo artigo, ***Contribuições do curso de Pedagogia a distância da UEMANET para a formação de professores em exercício no polo de Coelho Neto-Maranhão***. A partir de um trabalho empírico discutem a importância da modalidade de ensino a distância no município de Coelho Neto, no Maranhão. Abordagem bastante pertinente no contexto de ampliação da EAD em todo o território nacional.

No terceiro artigo, ***A música de Luiz Gonzaga como instrumento de ensino aprendizagem da língua portuguesa***, o Esp. Em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira,

¹ Mestre em Cultura e Sociedade e Professor da Faculdade Santa Fé/IDESP

Carlos Augusto Pereira Mendes, propõe um trabalho interdisciplinar a partir do fecundo diálogo entre as letras e a música, com destaque, para a obra do rei Baião, Luiz Gonzaga.

Marxismo e história: o humanismo como enfrentamento ao discurso pós-moderno é o quarto artigo, apresentado Marcelo de Sousa Araujo, Mestre em Cultura e Sociedade, discute a atualidade do marxismo e seus desafios, em especial, o enfrentamento ao discurso pós-moderno e suas características de efemeridade, de instantaneidade e relativismo entendidas como formas de perpetuação das desigualdades e por extensão manutenção do status quo.

No quinto artigo, ***Conservadorismo e Neoconservadorismo na atual conjuntura socioeconômica***, Tatiane Nogueira Santos (Assistente Social), discute o avanço do neoconservadorismo no Brasil e pontua a trajetória do curso de Serviço Social como forma de enfrentamento ao cenário presente.

No último artigo, a Licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão, e especializanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé/IDESP, Yara Cristine Soares Santos, apresenta o trabalho: ***Novos padrões de riqueza e as transformações da opulência em São Luís Oitocentista***. Ponderando que em consonância com as preocupações de modernização de São Luís no século XIX, surgiram novas necessidades de refinamento aquela sociedade, sobretudo, com a normatização dos comportamentos a partir dos códigos de postura.

Desse modo, ***Ciências Humanas e Sociais: olhares polissêmicos***, justifica o seu título e atende aos seus objetivos de discutir as várias facetas e interfaces entre esses saberes.

**Ciências sociais ou ciências humanas?
O desafio do direito enquanto ciência jurídica,
social e humana diante os desafios do pós
modernismo na contemporaneidade - a
evolução da mulher no direito de família**

Amanda Lima Pereira¹

Introdução

Apesar das Ciências Humanas distinguir-se das Ciências Sociais, esta pautada com suas disciplinas focadas nos aspectos humanos do indivíduo e do social, pouco se vê a referida distinção no campo antropológico, histórico, das Ciências Políticas, assim como da própria Linguística, Psicologia, Pedagogia e Direito, quando de sua abordagem relativa aos aspectos como o Homem se relaciona com sua sociedade, cultura, história, crenças, povos e com sua própria comunidade.

Ao longo do tempo, no que concerne a construção científica às suas mais variadas acepções interpretativas que a faz tornar-se Ciência, permitiu-se construir uma validade de seus postulados aquilo que foi posto como próprio objeto de investigação. A real

¹ Bacharela em Direito pela Faculdade do Maranhão (FACAM); Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Bacharela em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

sinonímia da ciência vista como ciência empírica diante sua validação e enquanto método científico constituía-se. Também, partindo da ótica do Direito, esta tida como “invenção do Homem”; “produto cultural” (Friede, 1999) contraposta como ciência normativa, não descritiva; prescritiva (De Sousa, 2011), leva a hermenêutica desenvolver-se diante aspectos que assumam caráter de observação diante fenômenos sociais bifurcados de como o próprio Homem se organiza em sociedade e estabelece suas regras.

Assim, inicia-se a construção da relação entre o Direito (enquanto elemento da Ciência Jurídica e pautado nos enlaces dos fenômenos das Ciências Sociais) com às Ciências Humanas, sem esquecer os aspectos intrínsecos e ligados à ela: Segundo Lyra Filho (p. 13, 2012):

Nesta perspectiva, quando buscamos o que o Direito é, estamos antes perguntando o que ele vem a ser, nas transformações incessantes do seu conteúdo e forma de manifestação concreta dentro do mundo histórico e social. [...] tem base nos fenômenos e a partir deles, procura deduzir o “ser” de alguma coisa, buscado, assim, no interior da própria cadeia de transformações.

O Direito, enquanto objeto de nossa discussão, interage com as Ciências Humanas principalmente ao calcar vínculos que condizem às ciências jurídicas, inter-relações humanas no meio social. O Homem; indivíduo; ser social e político; produtor de fenômenos jurídicos (necessários para se relacionar com outros homens) passara ao longo do tempo a criar fenômenos humanos que o faz e o transforma detentor, (elemento primordial das comunidades organizadamente políticas) do que chamamos de Direito Positivo², que segundo Bobbio é (2006, p. 17): “[...] àquele

² Torna-se de suma importância ressaltar que o “positivo” citado ao referir-se a expressões tais como direito positivo ou à própria ideia de positivismo jurídico independe do sentido filosófico da palavra, embora em séculos passados tenha havido uma certa ligação entre os referidos vocábulos, nada tendo haver com o positivismo filosófico. Enquanto o primeiro surge em berço alemão, o segundo surge em meio a França. A ideia principal é referir-se à derivada locução Direito Positivo advinda da expressão Positivismo Político, contrária a ideia de Direito Natural .

direito que estabelece ações, uma vez reguladas pela lei e desempenhadas de modo escrito [...] “, criado e posto pelo próprio homem em contraste com o Direito Natural³.

Destarte, o Direito, neste momento envolto não só pelas Ciências Sociais, mas também pelas Ciências Humanas, acaba por levar o indivíduo, segundo ARENDT (p.15, 2008) a condição humana de pluralidade, “[...] ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. Em sua obra “A condição humana” a autora supracitada ainda complementa acerca das relações humanas, que (p.31, 2008):

... a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelo homem, um mundo que ele jamais abandona ou chega de transcender completamente. As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, este ambiente, o mundo o qual vivemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu através da organização, como no caso do corpo político. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos.

Tão logo assim complementa a ideia, que entre todas as atividades humanas, estas, encontram-se sim condicionadas ao fato dos homens viverem juntos, mesmo a ação⁴ sendo única, esta, porém, não pode ser imaginada fora da sociedade dos Homens.

³ Entendida a partir da distinção conceitual entre direito natural e direito positivo encontrado primeiramente em Platão e Aristóteles, o primeiro, (jus naturale) permanece imutável no tempo; enquanto o segundo, o positivo muda, assim como o espaço e o tempo, onde uma norma poderas ser anulada ou mudada seja por costume ou até mesmo por efeito de uma outra lei. A principal característica, segundo Bobbio (p.19. 2006), é que o “[...] direito positivo “*illud est quod ab hominibus institutum*” [...]” - isto é, sua característica é a de ser posto pelos homens, em contraste com o direito natural.

⁴ Na obra supracitada da autora Hannah Arendt, a “ação”, trata-se de uma categoria explícita na expressão “*Vita actica*” discutida pela mesma como uma das três atividades humanas fundamentais à

O Direito nasce, da necessidade da reflexão de seu papel diante suas inter-relações com o social e o político; da relação entre objetos de conhecimento e a historiografia; da evolução das teorias da história com a abordagem dos fenômenos jurídicos, para assim servir de instrumento para regular melhor os elementos da vida política e social, ora, visto o Direito como fenômeno histórico, dotado de relações jurídicas indissociáveis dos processos de evolução da humanidade.

1 A evolução do Direito Natural e o Direito Positivo nas inter-relações sociais do indivíduo

Apesar de toda a tradição do pensamento jurídico ocidental vir a ser dominada pela distinção entre Direito Positivo e Direito Natural e este já se encontrar no pensamento grego e latino, tal expressão de direito positivo é extremamente recente posto que vem a ser encontrada a partir de textos latinos medievais.

Dicotomia fortemente encontrada no Direito Romano, discutida e formulada como distinção entre direito natural (onde o *jus gentium* é muitas vezes incluído) e *jus civile* (contraposto ao *jus gentium* ou *jus naturale*) tinha na instituição romana a tríplice distinção destas categorias. Em todos os escritos medievais encontrara-se também distinção entre o direito natural e direito positivo entre teólogos, filósofos, canonistas.

Segundo Nader (2011), em sua obra “*Filosofia do Direito*”, diante as múltiplas correntes filosóficas do Direito, tal dualidade é que vai demonstrar o valor da justiça como elemento essencial na existência do Direito Natural e o valor do fenômeno jurídico – de natureza positivista – no Direito Positivo, “[...] que valoriza apenas os dados fornecidos pela experiência, identificando o fenômeno jurídico com a norma ou com o fato e admitindo por Direito apenas o institucionalizado pelo Estado.” (p.43, 2011)

vida humana (labor, trabalho e ação), sendo esta a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, que por fim acaba por corresponder a condição humana de pluralidade, a qual, no presente estudo, já fora sumariamente falada.

Em sua evolução, o discurso histórico do Direito seguiu a concepção de um processo de adaptação social. Diante Estados democráticos, por vezes, ora apresentara-se como instrumento de justiça - visando proporcionar bem-estar dos indivíduos, fazendo uso da inserção social no intuito de lograr um progresso coletivo.

Em Estados totalitários, consistia-se em certo aparelho de dominação - onde o Direito era posto na arquitetura dos interesses do Estado, e onde através das palavras de Roberto Lyra Filho (1982), conflitava-se interesses entre o Estado e a sociedade, embora a importância intrínseca dos aspectos humanos e sociais neste processo e do próprio fenômeno jurídico, no acompanhamento das transformações que assim se operam a princípio, revelar certa sintonia entre fatores sociais e evolução da ordem jurídica; entre legislador e fatos da época.

É sabido que em todo processo de evolução histórica, o Homem dependera do meio social para buscar os recursos que lhes são indispensáveis e em meio a sua história, o Direito permeia-se na função de planejar e promover o bem-estar social. O Direito Positivo vem apresentar-se nas inter-relações humanas e sociais como um processo de adaptação social, logo que o funcionamento das sociedades pressupõe comando e ordem, institucionalizando modelos de organizações sociais respeitando suas funções e necessidades. Assim, o Direito surge em decorrência da necessidade de se preservar as condições de vida coletiva, institucionalizando um ordenamento jurídico que acompanhe a jurisprudência e introduza em partes a vontade social.

Para que o Direito seja efetivo processo de adaptação é indispensável que preencha vários requisitos. Em primeiro lugar, é necessário que esteja devidamente ajustado ao momento histórico, em consonância com os fatos da época. As normas jurídicas devem não apenas ordenar as relações sociais como também consagrar formulas que expressem o querer coletivo. Se as leis não refletem, não há como se falar em adaptação social. [...] a sua missão atual deve ser também a de promover o homem,

dando-lhes condições para desenvolver o seu potencial de vida e cultura (NADER, p. 44-45, 2011).

Calcar o fenômeno jurídico como processo de adaptação humana e social é considerá-lo também como instrumento cultural, onde necessidades e carências poderão transformar-se em valores diante a conduta social imposta por padrões de convivência. Diante a evolução social, as normas jurídicas fazem de seu terreno a busca do equilíbrio, adequação e justiça à real conduta do Direito Positivo - correspondendo às necessidades sociais permanentes.

2. Do fenômeno jurídico à ordem jurídica: a evolução do Direito de Família

Para atender às necessidades da vida, a liberdade do ser humano faculta-lhe muitas das vezes o descumprimento de normas jurídicas. As normas religiosas que outrora, em tempos diversos, orientavam as conformidades das leis e normas sociais talvez em um novo contexto cautelado no Direito, na Moral, e nas novas regras de trato social pós-modernas já não se encontram em uma real conjuntura de desobediência, quando contrariadas ou violadas, haja vista que, o fenômeno jurídico deveras acompanhar a dinâmica dos fatos para não perder a condição de adaptação social da ordem jurídica. Os novos ditames se diversificam, a partir de costumes; tradições; fatores peculiares que influenciaram, influenciam e influenciarão diretamente a elaboração das leis.

Ao falar em ordem jurídica, esta, é nada mais nada menos, a qualificação do Direito Positivo no sentido de harmonizar a lógica da compreensão das normas vigentes dada sua enorme extensão de ordenamento, composta por seu demasiado número de leis, numerosos institutos jurídicos, jurisprudências e segmentos atuantes da vida jurídica. O Direito, dentro das ciências humanas e sociais se distinguirá dos demais a partir dos instrumentos de controle social que exercerá sobre o sistema; na forma de se inter-

relacionar entre os sujeitos diante a busca e a garantia de condições básicas de promover a ordem e a convivência social.

No tocante ao Direito de Família este segue a mesma lógica, assim como na velocidade que a sociedade evolui - este mesmo progrediu perpassando por seus institutos jurídicos, dando fundamento à própria estrutura de Estado; transcorrendo de sua origem na família primitiva à formação organizada em patriarcado⁵, passando pelo pátrio poder até escoar hoje pelo poder Familiar. Como afirma Azevedo (2010), o Direito de Família hoje vem descansar suas bases em uma de suas mais caras instituições - a Família, que repousa em suas mais variadas teorias que procura explicar e evidenciar suas origens em um palco de grandes discussões entre sociólogos, juristas, historiadores, entre outros.

Existem muitas razões também para pensar ter sido o homem, nos primevos - polígamo polígino - convivendo assim um homem com várias mulheres e prole, sob organização Familiar e forma de patriarcado poligâmico ou matriarcado poligâmico, para depois tornar-se monogâmico:

Entendem alguns que a família assenta seus fundamentos no sistema poligâmico, em que um indivíduo possui muitos cônjuges ao mesmo tempo (um homem e várias mulheres, isto é, poliginia, organizando-se a família sob a forma de patriarcado, ou uma mulher e vários homens, ou seja, poliandria, organizando-se a família sob o tipo de matriarcado), entendendo outros tenha a família se constituído sob a base monogâmica, formada pelo par andrógino (um homem e uma mulher). (Op.cit., p.4)

Destarte, ainda é certo falar que houvera teoria que guarda o homem primitivo -vivero em hordas promíscuas - a constituir -se de mera união de sexos sem quaisquer vínculos onde, outrora ocorrera a organização da sociedade Familiar, envolta da mulher, admitindo o matriarcado antes do patriarcado poligâmico e assim

⁵ “[...] num sistema de mulheres, filhos e servos, sujeitos todos ao ilimitado poder do pai” (COGLIOLO, p.243, 2004)

depois o monogâmico. Segundo Caio Mario da Silva Pereira (1999), o mais racional seria aceitar a ideia da família monogâmica, porém, não se sabe ao certo ou então não há certezas que comprovem tal família tendo a mãe como figura central e dominadora do lar embora haja poucos, mas alguns exemplos esporádicos que, em virtude da ausência temporária dos homens – na responsabilidade à caça ou à guerra – os filhos encontravam-se sob o poder da mulher a qual tinha plena autoridade sobre aquele grupo.

Pelos registros históricos das civilizações mediterrâneas (principalmente a romana), bem como pela vasta documentação bíblica, o que se tem de certo e comprovado é que a família chamada de ocidental viveu um largo período sob a forma patriarcal.

“Em Roma, a família era organizada sob o princípio da autoridade”, abrangendo a todos que “a ela estavam submetidos”. O titular do comando, chamado *paterFamílias*, era, “ao mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz”, exercendo sobre os descendentes “direito de vida e de morte” [...] Na fase pós-romana, o grupo Familiar sofreu bastante influência do direito germânico, substituindo a ideia “autocrática” da família romana, imprimindo nesse grupo “orientação democrática-afetiva” [...] o modo de construção da família passou do autoritarismo para a “compreensão e o amor”. (CRISPINO, p. 11, 2009)

Dentro do apanhado sobre a origem e a evolução da família, com o advento da influência do Direito germânico, é neste período que há uma relativa liberdade examinada tanto para os filhos quanto para a mulher, desaparecendo a figura do senhor de todos e pai dominador onde a figura da mulher já aparece, devendo responder junto ao marido, por seu patrimônio e pela administração do lar. Diante as inúmeras transformações trazidas pelos ditames do pós-modernismo e os desafios da contemporaneidade, eis que surge uma nova concepção de família que perpassa inclusive o conceito esboçado por Clóvis Beviláqua em meados da década de 1950:

Direito de Família é o complexo das normas que regulam a celebração do casamento, sua validade e os efeitos que dele resultam, as relações pessoais e econômicas da sociedade conjugal, a dissolução desta, as relações entre pais e filhos, o vínculo do parentesco e os institutos complementares da tutela e da curatela (p.6, 1956)

Nos dias atuais, amadurece uma nova concepção de família, o que para alguns autores veio a gerar inúmeros debates. Enquanto o Direito é visto como elemento em constante transformação a partir de suas ínfimas relações com aspectos humanos e sociais, a discussão sobre o que vem a ser família entra em uma verdadeira crise. Atualmente a instituição Familiar passa por inúmeras e incansáveis reformulações de suas características e de seus conceitos diante ao que o mundo traz hodiernamente de suas novas nuances e feições acerca do que vem se transformado a família pós-moderna.

3 As transformações da mulher no seio Familiar e o novo conceito de família

Passadas as transformações concernentes a estruturação Familiar na história, atualmente, apaga-se por muitos momentos aquela organização patriarcal que vigeu no Brasil nos últimos séculos. O fato da família passar por novas reformulações de seus conceitos acarretara um novo formato a partir de inúmeras mudanças dentro de seu velho modelo.

Há a família no sentido genérico e biológico, a qual vem considerar o conjunto de pessoas que descendem de um tronco ancestral em comum, abrangendo ainda em sua linhagem os cônjuges, os enteados, os genros, as noras, os cunhados, etc. Há ainda aquela em sentido estrito, que se restringe ao grupo singelo formado apenas pelos pais e filhos – família nuclear – que carrega em si o mais alto grau de cooperação e solidariedade recíproca. Há ainda de se falar da família legítima, baseada nos laços do matrimônio; a família ilegítima, originária das relações extramatrimoniais e a adotiva, permeada pelas relações oriundas de adoção.

Diante à diversidade das novas modalidades de família, com as transformações das dinâmicas sociais decorrentes principalmente com a promulgação da Carta Magna de 1988 e com o advento do Novo Código Civil de 2002, eis que surge novas nuances e tendências de ampliar o conceito de família e o comportamento da mulher em meio a todas essas mudanças – fala-se hoje de Famílias Plurais – novo modelo de família fundada sob os pilares da personificação, da afetividade, da pluralidade. Família que contribui não só para o desenvolvimento humano e social de seus integrantes, como também para o fortalecimento e formação da própria sociedade, ao qual as relações humanas e sociais permanecessem ainda mais vivas e ativas do que imaginado.

Merece destaque o conceito de família, em sentido genérico, desenvolvido por Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, no sentido de tratar-se de “um núcleo existencial integrado por pessoas unidas por um vínculo socioafetivo, teologicamente vocacionada a permitir a realização plena de seus integrantes” (GAGLIANO; PAMPLONA p.45, 2011)

Seguindo o mesmo raciocínio, leis recentes vem a introduzir também novos conceitos ampliados acerca da família levando em consideração por exemplo, a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, sejam por laços naturais, afinidade ou vontade expressa (Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006); ou a expansão do conceito de família à aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afetividade – conceito de *família extensa ou ampliada* (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990)

Ademais, ainda há o conceito da *família mosaico* ou *famílias pluriparentais*, estas, entidade Familiar decorrentes de vários casamentos, uniões estáveis ou mesmo simples relacionamentos afetivos de seus membros – “mosaico” – segundo Tartuce (p.30, 2012), “[...] diante de suas várias cores, que representam as várias origens.”

Diante o atual contexto de “novas famílias”, o Direito de Família vem passando por profundas transformações estruturais à frente de novos ditames acerca de seus recentes conceitos além da transformação do papel da própria mulher no seio Familiar. A evolução do papel da mulher na democratização do Direito de Família só vem a afirmar inovações sentidas dentro do relacionamento Familiar, desde a promulgação da Carta Magna de 1988 até os dias de hoje, ainda mais no que cerne o texto da lei, em seu §5º, art. 226, vindo estabelecer que todos os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal serão exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 fora responsável em promover grandes mudanças radicais no Direito de Família conferindo ao constituinte mudanças ao sistema jurídico tutor da estrutura Familiar que logo tornara a legislação civil brasileira, em certos pontos referentes ao assunto, obsoleta.

[...] a contemporaneidade tem suscitado mudanças sensíveis dos mais diversos matizes que incidem diretamente na realidade sociocultural e particular do cidadão.

As últimas décadas do nosso século tem sido marcada por uma nova ordem jurídica que trata da redemocratização do Brasil, principalmente com o advento da Constituição de 1988, e sem dúvida, estabeleceram a quebra de paradigmas no contexto, especialmente Familiar, moldado que fora há bastante tempo pelos ditames da razão da modernidade. (WAQUIM, p.13, 2010)

A estrutura Familiar com as exigências impostas pela contemporaneidade passou a cobrar mais da sociedade Familiar; a família reduziu-se por inúmeros fatores; a mulher precisou sair do lar para atuar em conjunto ou sozinha na economia doméstica - por um lado adquirindo um pouco mais de independência ao tornar-se muitas das vezes a autoridade Familiar, por outro, adquirindo ainda maior dependência, se tratando daquela grande parcela de mulheres que dependem de insuficientes e míseras pensões de seus ex-maridos, ex-companheiros, para suprir muitas vezes a alimentações de seus filhos.

Muitos desses filhos para ajudar na renda Familiar são obrigados a trabalhar mais cedo; sem contar que nos aglomerados humanos das grandes cidades nota-se o problema da habitação e a falta de moradia. Destarte, muito já se fora falado por sociólogos e juristas na “crise da família”, no desgaste da união Familiar, cujos membros já não veem mais razão de reunir-se exceto em escassos momentos.

Os problemas sociais afligem, afetam sobremaneira o seio da família, como é o exemplo das comunidades mais carentes, em que os pais, com pouca ou nenhuma orientação, largam seus filhos nas ruas, tendo eles um contato selvagem e cruel com a vida cotidiana contemporânea, jogados no completo abandono pelos pais e pelo Estado. Sabe-se que, às vezes, esta não é a verdadeira intenção dos pais, mas, pela situação de miséria e penúria em que se encontram, não veem alternativa, a não ser coloca-los no mercado informal o mais cedo possível, para tentar conseguir ajuda no sustento de todos. (CRISPINO, p.13, 2009)

Assim a família brasileira contemporânea sente impactos de um novo contexto que se transformou gradativamente. A mulher ganha ascensão no mercado ao mesmo tempo em que decide não ter mais filhos ou tê-los mais tardiamente. Passa a sair de casa para suprir sua subsistência e de sua prole em detrimento da crise da instituição chamada casamento ou busca assumir mais responsabilidades e cargos de chefia; investindo e qualificando sua carreira. Decide pelo divórcio o que antes, décadas atrás, era tido como o jamais imaginado e pensado, vergonhoso - o chamado “desquite⁶”.

Um dos fatores de fomentação e promoção do concubinato no Brasil foi a inexistência do divórcio até 1977, que obrigou os egressos do casamento falido a buscarem uma nova formação para suas famílias, embasadas numa convivência, meramente fática. Isto porque, antes da Lei do Divórcio, havia apenas o chamado

⁶ É sabido no Brasil que “[...] negava-se aos casais desquitados a possibilidade de constituir novo enlace, após a ruptura do primeiro casamento, em razão da natureza indissolúvel do matrimônio. Por esse motivo, os desquitados recorriam, também ao concubinato como forma de compor novo núcleo Familiar”. (WAQUIM, p.53 - 54, 2010)

desquite, que não acabava com o vínculo matrimonial, permanecendo os envolvidos no estado civil de casados, impedidos, portanto, de constituir formalmente uma outra família [...] (JALES, p. 4, 2008)

Valores modificam-se em conjunto com os costumes, com o meio em que vivem e com a sociedade, assim como o uso de conceitos que entram em desuso ou evoluem. Do concubinato⁷ até as chamadas relações simultâneas conjugais⁸ observa-se tão comparada evolução com o advento do Novo Código Civil que de certa forma não traz a instituição Familiar acabada e sim um organismo jurídico elaborado a partir de uma nova organização advinda de um novo ordenamento baseado não só no direito, mas sim em aspectos que permitem a constante renovação dos aspectos que condizem sobre a moral e o regramento do trato social. A família não é fato natural, mas sim cultural.

Considerações finais

É sabido que o Homem, desde os primórdios de sua história sentiu a necessidade de conviver e se relacionar com seus semelhantes, não só por razões de subsistência e sobrevivência física mais sim decorrentes às necessidades humanas e sociais motivadas

⁷ Segundo Ruzyk (2005), à margem das relações conjugais previstas pelo ordenamento e costumes da Antiguidade, o concubinato era visto como forma de união livre, inclusive entre homens de grande moralidade, mas que não produzia efeitos jurídicos. De origem que remonta à época do imperador Augusto, “*Concubinatus*” distinguiam dois tipos de relações ilícitas em razão da classe da mulher que nelas se envolvessem, uma designando as relações maritais tidas com mulheres inferiores e de comportamento duvidoso e a outra tolerada em virtude da desigualdade entre o homem e a mulher (escrava, liberta ou mulher sem honra) que o caracterizava em casamento impossível. Durante a Idade Média deixou de ser uma situação legal e se transformou em um estado criminal, condenado pelas leis divinas e humanas, definido como uma forma de fornicação contínua, qualificado como pecado grave, crime. No Brasil, estava à margem do casamento civil e do religioso, resignou-se a reprovação moral associado à relações adúlteras, incestuosas e de fornicação já que muitos casais, ainda que desimpedidos ao matrimônio, não possuíam condições financeiras de arcar com formalidades do casamento recorrendo à liberdade do concubinato.

⁸ “A simultaneidade Familiar diz respeito à circunstância de alguém, ao mesmo tempo, se colocar como componente de duas ou mais entidades Familiares diversas entre si [...]” (Op.cit., p.6, 2005)

pelo desenvolvimento intelectual e emocional. O elemento gestor de todo esse laço, parte do dever de adaptar-se socialmente respeitando a ordem jurídica estabelecida pelo legislador à determinada época onde o Direito fará o seu papel neste processo tão delicado de adaptação, que não consiste em algo acabado mais sim, em algo em constante modificação, haja vista que a todo momento os fenômenos humanos e sociais evoluem.

Grande exemplo é a evolução da estruturação Familiar na história. Família – célula basilar da sociedade – fato cultural. Constituída por laços consanguíneos e de afeto, é a todo modo passível de sofrer alterações de acordo com as transformações previstas no tempo e no espaço a que se constitui. Família, vista como fenômeno natural, que antecede necessariamente ao casamento, tomou-se como base uma instituição do Direito Civil, mais necessariamente ao Direito de Família, que tomada de variados sentidos sofreu diferentes interpretações e contextualizações à cada evolução do Homem nos mais diversos períodos da história.

A luz do texto constitucional, a entidade Familiar atual pode ser entendida como aquela moldada e fundada em laços de afetividade e afinidade, a qual sugere mais e mais conceitos acerca sobre o novo conceito de família que permanece em continua transformação, embora haja mais e mais outras novas categorias para elencar tal fenômeno. O papel da mulher diante a democratização no relacionamento Familiar também segue lado a lado, haja vista estar diante de inúmeros desafios impostos pelo pós-modernismo na contemporaneidade, em conjunto aos avanços e adaptações sociais logradas pelo Homem no embate dos fenômenos estudados entre as ciências humanas e sociais.

Neste interim a família passa por crises e transformações, assim como a mulher também segue em frente a tantos inúmeros dilemas. Diversas modificações se perfazem no seio Familiar - a conquistar seu espaço não só em casa, enquanto autoridade Familiar tornou-se uma, ultrapassando as barreiras impostas pelo mundo do trabalho, deixando de ser apenas detentora da economia doméstica

para calcar novos espaços investindo na sua formação e atuação profissional, qualificando-se, em defesa de sua subsistência e de sua prole. A nova ordem social Familiar se adequa, diante a nova configuração da estrutura Familiar que se renova no Direito de Família. Com todas essas modificações que cercam a entidade Familiar, os princípios e as regras norteadoras das relações entre os membros da comunidade se adaptam. Observa-se sensível porem importante evolução recebida pelo Direito de Família onde todos os direitos e deveres referentes a sociedade conjugal serão exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Conceitos antes discutidos e condenados pela sociedade hoje encontram-se em desuso, evoluíram assim como próprio ordenamento jurídico adequou-se as novas tendências acerca da temática da família brasileira.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Bem de família**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010
- BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil Comentado**. Livraria Francisco Alves, 11 ed. V. II, 1956.
- BOBBIO, Norberto. **O positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito**. São Paulo. Ícone, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988
- COGLIOLO, Pietro. **Lições de Filosofia e de Direito Privado**. Editora Líder, 2004.
- CRISPINO, Nicolau Eládio Bassalo. **A união estável e os negócios entre companheiros e terceiros**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009
- DE SOUSA, Marcus Valério S. G. **O Direito como Ciência**. Disponível em: <<https://valeriosaaavedra.jusbrasil.com.br/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica**. Ed. Forense Universitária, 1999

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil**. v. VI – Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2011

JALES, Camilla Fittipaldi Duarte. **O concubinato adúltero sob o prisma do Código Civil de 2002**. In: Instituto Brasileiro de Direito de Família, v.10, abril de 2008. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/?artigosartigo=400>>. Acesso em 02.ago.2018

LYRA FILHO, Roberto. **Filosofia Geral e Filosofia Jurídica em Perspectiva Dialética**, in Palácio, C., org. - Cristianismo e História. São Paulo, Loyola, p. 147 - 169, 1982.

_____. **O que é Direito?** São Paulo: Brasiliense, 2012

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 20.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições do Direito Civil**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, v.5

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias Simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v.5: Direito de Família**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012

WAQUIM, Bruna Barbieri. **Relações simultâneas conjugais: o lugar da Outra no Direito de Família**. São Luís: Café e Lápis, 2010.

Contribuições do curso de pedagogia a distância da UEMANET para a formação de professores em exercício no polo de Coelho Neto-Maranhão

Ana Carla Vale Lago¹
Jonilson Costa Correia²

Introdução

A sociedade contemporânea é caracterizada pela presença de três elementos básicos que são a informação, o conhecimento e a tecnologia. Esta sociedade exige um novo sujeito e um novo tipo de trabalho onde as pessoas devem ser capazes de dominar as tecnologias emergentes.

A formação de professores, hoje, precisa ser compreendida dentro deste contexto como uma oportunidade para a formação humana integral, tendo como eixo estruturante a relação trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Desse modo é necessário que o curso de pedagogia tenha um formato mais globalizante, baseada em eixos temáticos, estreitamente articulados com as problemáticas sociais do cotidiano, mas sem deixar

¹ Universidade Estadual do Maranhão - Núcleo de Tecnologias para a Educação à Distância - UEMANET-Especialista em Educação.Mestranda em Educação - IUA Email:anacarla.valelago@gmail.com

² Universidade Federal do Maranhão- DETUH/ Universidade Estadual do Maranhão -Núcleo de Tecnologias para a Educação à Distância - UEMANET - Doutorando em Educação- FAE - UFMG. Email: angrajonilson@yahoo.com.br

de levar em consideração os conteúdos sistematizados, funcionando as disciplinas, neste caso, como substratos científicos para compreensão crítica da realidade e para sua transformação.

Ao vivenciar o século XXI, observa-se que a construção dos saberes passa a ser dominada por novas tecnologias, no espaço e no tempo, e a formação do professor torna-se efetivamente, cada vez mais importante no processo educacional. O Professor do século XXI precisa, então, ser um profissional da educação com espírito aguçado e muita vontade para aprender, razão pela qual o processo de formação torna-se mais e mais veemente para responder às demandas do mundo contemporâneo com competência e profissionalismo (HAMZE, 2011).

O presente texto aborda a temática sobre a formação de professores no Curso de Pedagogia a Distância do Núcleo de Tecnologias para a Educação à Distância – UEMANET em três momentos distintos: começa pela apresentação da temática; em seguida descreve sobre a Educação a Distância e sua relação com a formação de professores com base em estudos já realizados sobre este tema; finalmente apontamos as revelações da pesquisa realizadas, ou seja, a percepção dos participantes da pesquisa.

A UEMA no Contexto da Educação a Distância

A Uema é pioneira em ofertar a educação a distância no Maranhão. Já são 16 anos levando o acesso democrático ao ensino a todos os cantos desse estado, rompendo os limites das ações educacionais presenciais.

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, encontra-se vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTEC e goza de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com o que preceitua o art. 272 da Constituição do Estado do Maranhão. Tem como objetivos promover o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do

conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias, interagindo com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Estado do Maranhão.

A UEMA é uma instituição pioneira na região nordeste a ofertar cursos abertos, além de agir de modo inovador ao lançar plataforma aberta própria. E atinge um público bastante diversificado: pessoas que trabalham com crianças, estudantes, professores e pais que têm filhos com necessidades especiais.

Alinhado a essa perspectiva, identifica-se que a Uema percebendo a educação a distância como um redimensionamento espaço-temporal e uma forma concreta de democratização do ensino, capaz de romper aos limites dos programas especiais presenciais, aprovou através da Resolução nº 73/98 – Cepe/Uema, sob a consultoria da Universidade Federal de Mato Grosso, uma versão de programa de capacitação de docentes na modalidade a distância, chamada Magistério 2001 (SERRA, 2009).

Ainda segundo Serra (2009), na esteira dessa ação, dois anos mais tarde, o Conselho Universitário – Consun, por meio da Resolução n.º 239/00, cria o Núcleo de Educação a Distância – Nead, com a responsabilidade legal de conceber, produzir, difundir, gerir e avaliar projetos e experiências inovadoras em educação a distância, tendo como objetivo o atendimento às demandas da sociedade maranhense no que concerne à formação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, em nível médio, ensino profissional, ensino superior (graduação e pós-graduação) e formação continuada.

Uma vez institucionalizado um setor específico para a promoção da Educação a Distância, a Uema obteve através da Portaria nº 2.216, de 11 de outubro de 2001 do Ministério da Educação – MEC, o credenciamento para oferta do curso de Licenciatura em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, fato que lhe propiciou a habilitação para oferta de outros cursos superiores dentro desta modalidade e com base nesta concessão, nos anos que se sucederam, a universidade veio a realizar

também processos seletivos para os cursos de Licenciatura em Ciências da Religião e para o Bacharelado em Administração.

Só mais recentemente, em maio de 2008, em função de um reposicionamento estratégico, inaugurou-se um novo ciclo para a Educação a Distância na Uema, que culminou com a transformação do Nead em um Núcleo de Tecnologias para Educação – UemaNet. A nova concepção de Núcleo incorpora-se do esquema de representação social do nome e imagem da Universidade Estadual do Maranhão e traz consigo pelo menos duas alterações significativas (SERRA, 2009).

A primeira, que dá ao Núcleo o papel de articulação e não mais de concepção de projetos e experiências em EaD, cabendo então às instâncias acadêmicas dos Centros de Ensino tais proposições. E, uma segunda alteração, que amplia o espectro de atuação do Núcleo para além dos âmbitos da Educação a Distância, incorporando na sua atuação toda e qualquer ação de caráter educacional, independente da sua natureza presencial, à distância ou aberta, que possa ser mediada por algum instrumento tecnológico.

Para o UemaNet (2008) a EaD se mostra uma alternativa factível na luta contra os impactos da exclusão social, à medida que oportuniza acesso democrático ao conhecimento, procura promover um amplo processo de transformações técnico-científicas e de reorientação ético-valorativa da comunidade, em geral, não assistida pelos processos tradicionais de educação formal. Tais propósitos parecem coadunados aos interesses da Uema, declaradamente impelida em buscar o aprimoramento dos investimentos realizados, sendo efetiva na evolução e na acessibilidade de suas ações focando-as na formação de profissionais que se incluam em um projeto político de transformação da realidade vigente por meio da educação.

Cabe ainda destacar, segundo Serra (2009) que a estrutura de gestão do UemaNet está organizada de forma descentralizada dentro da estrutura multicampi adotada pela Uema, dispondo de coordenações de pólo locais, distribuídas nos Centros de Estudos Superiores da universidade. Tal estruturação parece possibilitar

melhores condições para a operacionalização e o acompanhamento dos cursos em execução.

Formação Docente na Educação a Distância

A fim de compreender a Educação a Distância e sua relação com a formação docente, primeiramente se faz necessário caracterizar o tipo de aprendizagem que o virtual possibilita. Com base no estudo realizado por Barros (2008), podemos afirmar que o tipo de aprendizagem que ocorre no espaço virtual é aquela que se inicia pela busca de dados e informações, após ocorre a organização, a análise e a síntese que o usuário realiza.

A aprendizagem no espaço virtual envolve uma série de elementos tais como: tempo, espaço, a linguagem, a interatividade, a facilidade de acesso ao conhecimento e a linguagem audiovisual interativa digital como forma de ambiência de uso da tecnologia (BARROS, 2008)

Um dos desafios a superar na formação a distância, no caso dos professores, talvez esteja relacionado à preparação para lidar com os elementos supracitados, pois se considera que estejam em constante transformação, ou seja, em uma sociedade extremamente complexa e dinâmica.

Kullok (2000) aponta que as transformações sociais, políticas e econômicas são também um desafio, pois tem sido tão acentuadas que os pontos de contato com a realidade são cada vez menores. As informações, segundo o autor, caminham numa velocidade muito grande que mal há tempo de tomar conhecimento de tudo que ocorre no âmbito profissional.

Diante disto, é preciso que os professores se dêem conta de que a mudança é uma exigência deste novo século. Essas mudanças, a nosso ver, não são apenas no sentido de saber operacionalizar as tecnologias e reter as informações, mas sim em conseguir produzir e transformar informações em conhecimento. Para que isso ocorra,

é necessário que o professor esteja preparado a entender, refletir e agir dentro desse processo.

Para uma compreensão da formação a distância do professor em exercício é necessário, ainda, considerar o contexto teórico, social e histórico no qual está inserido, bem como sua prática pedagógica. Pois esta formação não se dá apenas na universidade, mas em múltiplas esferas e é constituída por vários saberes, o que implica reconhecer que não existe um momento estanque de formação, mas que ela vai sendo construída e reconstruída durante toda a trajetória profissional e também pessoal do professor.

A constituição dos saberes docentes [...] é oriunda de fontes diversas, e ainda por reconhecerem a importância da formação pedagógica para o exercício da docência [...], ressaltando, assim, que a docência não se restringe à mera transmissão de conhecimentos e à utilização de técnicas e recursos pedagógicos. Ela vai além disso, pois se sustenta principalmente no compromisso dos docentes e da instituição na construção permanente do conhecimento (CORREIA, 2015, p.122).

Desta forma, Neder in Preti (2005) aponta que a educação a distância aparece como uma destas esferas, isto é, “uma possibilidade de (re) significação paradigmática no contexto do processo de formação de professores”, pois esta modalidade favorece a interação entre os sujeitos, propiciando o diálogo, a troca, a construção coletiva, na qual o professor em exercício assume um novo papel no processo de ensino e aprendizagem, não somente como aluno de um curso a distância, mas assume juntamente com os pares uma posição de parceria, de sujeito que resignifica sua prática pedagógica a partir do que aprende no curso de pedagogia. Dessa forma, o professor/aluno é estimulado, instigado a buscar, exigindo assim, um grande comprometimento com a construção do conhecimento.

A EAD, como vimos, pode contribuir para um processo mais flexível e autônomo na formação docente, e em nosso entendimento, isso não é suficiente. Tem de ser levado em conta o contexto

histórico-cultural em que ocorrem esses processos formativos, para se compreender as limitações e as possibilidades de práticas pedagógicas como colaboradoras no processo de construção do saber fazer e do saber pensar em suas diferentes dimensões.

É válido destacar que, o Estado tem se preocupado em apresentar algumas medidas que levam à formação continuada e, à requalificação dos docentes no Brasil. E sobre esta perspectiva pública, aqui convém mostrar um trecho do Decreto presidencial 6.755/2009 que trata sobre esta temática:

§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância. § 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado. § 3º Os cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização serão fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e serão ofertados por instituições públicas de educação superior, preferencialmente por aquelas envolvidas no plano estratégico de que tratam os arts. 4º e 5º. § 4º Os cursos de formação continuada homologados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da CAPES integrarão o acervo de cursos e tecnologias educacionais do Ministério da Educação.

Com base no que foi proposto pelo Governo Federal, percebemos que, o aperfeiçoamento dos docentes deve dar-se através de cursos atualizados que vão além de um ‘Curso Superior’, necessitando de avanços nos currículos, tendo como resultado a qualidade e eficácia no trabalho docente.

Destarte, o Núcleo de Tecnologias para Educação - UEMANET, da Universidade Estadual do Maranhão, desenvolve ações que reforçam as políticas públicas em Educação no estado do Maranhão, mediante a formação de profissionais com conhecimentos para atuarem em diversos campos do conhecimento.

Neste trabalho, abordamos apenas o curso de Pedagogia a distância do Núcleo de Tecnologias para a Educação à Distância da UEMA.

Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa teve como objetivo verificar as percepções dos alunos do Curso de Pedagogia a distância da UEMANET sobre a contribuição do curso para a sua formação e prática docente tendo em vista que os participantes da pesquisa além de serem alunos do curso em sua maioria já trabalham como docentes em escolas dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Buriti.

Este trabalho, metodologicamente, está compreendido em duas fases: no primeiro momento precedemos com o levantamento teórico-bibliográfico sobre a temática, da qual delineamos o objeto analisado. Esta fase da pesquisa foi realizada através de consulta a livros, revistas, artigos, materiais digitalizados, dito em outros termos, uma técnica de documentação indireta que buscou material publicado que versa sobre o assunto.

A leitura da bibliográfica, segundo Goldenberg (2007, p. 79), “é um exercício de compreensão fundamental para a definição da posição que o pesquisador irá adotar”.

A segunda fase compreendeu a pesquisa de campo com a finalidade de conseguir mais informações sobre o assunto investigado, que por sua vez, foi dividido em duas etapas: na primeira fizemos uma coleta de dados na qual utilizamos como técnica o questionário cujo propósito foi recolher informações de um determinado grupo de alunos do Curso de Pedagogia da UEMANET no qual foi composto por uma questão que abrange o objetivo proposto.

De acordo com Oliveira (2008, p.84) define-se questionário como:

Uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer

o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

Para análise dos dados coletados utilizamos o modelo qualitativo, que para Alves e Silva (1992) é um fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo da vida cotidiana dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa.

Segundo André (1983) esta abordagem qualitativa visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliar a compreensão do indivíduo no seu contexto.

A análise qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade. (FERNANDES, 1991).

Para o estudo empírico tomamos o Polo da UAB no município de Coelho Neto no estado do Maranhão onde funciona o Curso de Pedagogia a distância do Núcleo de Tecnologias para Educação a Distância - UEMANET da Universidade Estadual do Maranhão. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os alunos do oitavo período do curso e que atuam como professores em escolas públicas daquela região.

Para identificação dos participantes da pesquisa, adotamos nomes de pedras preciosas e semipreciosas como uma forma de garantir o anonimato das falas destes sujeitos.

Segundo Bogdan e Biklen (2002), as identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolha não possa causar-lhe qualquer tipo de transtorno e prejuízo

Contribuições da Pesquisa

A pesquisa foi direcionada para o universo das escolas da rede municipal das cidades de Coelho Neto, Buriti, Duque Bacelar e Afonso Cunha no Maranhão, tendo como público alvo os professores em exercício que estão cursando o oitavo período de Pedagogia do Núcleo de Tecnologias para a Educação à Distância da Universidade Estadual do Maranhão.

Buscando verificar as contribuições deste curso de pedagogia para a formação e a prática docente de professores em exercício aplicou-se um questionário com uma pergunta aberta direcionada ao objetivo do trabalho, isto é, verificar como os participantes percebem a sua formação pedagógica e de que modo esta influência no seu cotidiano em sala de aula. No total foram participantes desta pesquisa 15 (quinze) alunos de pedagogia que também lecionam na educação infantil e ensino fundamental.

Em relação aos dados gerais dos professores-alunos pesquisados a maioria é do sexo feminino (85%), e estão na idade entre os 26 e 50 anos, e os demais são do sexo masculino (15%) com idade entre 25 e 30 anos.

Podemos observar durante a investigação que dentre os professores existem aqueles que estão na docência a bastante tempo e somente agora tiveram a oportunidade de ingresso no curso superior de pedagogia. O tempo de serviço deles varia entre 02 (dois) e 27(vinte e sete) anos na docência.

Uma contradição em relação ao que diz na da LDB 9394/1996:

São criados os Institutos Superiores de Educação, para preparação de docentes em nível superior (curso de licenciatura, graduação plena) como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (art. 62).

Percebemos então um atraso na formação de alguns destes professores e nessa direção Prates (2012), revela que nos últimos tempos ocorreram vários investimentos em políticas públicas que focalizam a formação de professores. Entre esses investimentos está o Plano Nacional de Formação de Professores.

Através de uma pesquisa no site do MEC (2015) é possível dizer que essa política é o resultado de uma ação conjunta entre o Ministério da Educação-MEC, Instituições Públicas de Educação Superior - IPES e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios. A partir de 2007 - com a adesão do Plano de Metas: Compromisso Todos pela Educação - se estabeleceu no país um regime de colaboração da União com os estados e municípios, visando assegurar a formação exigida, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para todos os professores que atuam na educação básica que determina no artigo 62.

Como falamos a pergunta feita aos sujeitos da pesquisa foi analisada de forma qualitativa, utilizando-se as falas. Visto que, na maioria estas respostas se assemelham apresentamos na análise apenas aquelas mais relevantes no contexto desta pesquisa. A fim de melhorar a compreensão destas vozes ainda procedemos a uma classificação por categorias:

Primeira categoria: ***importância do curso para a prática pedagógica/docente***

A importância do curso de pedagogia tem sido de grande relevância para a minha prática pedagógica. Porque sempre acreditei que para ser professor é fundamental que tenhamos um curso de pedagogia [...] o curso nos possibilita desenvolver a nossa prática pedagógica com mais segurança. (Professora Pérola)

O curso de pedagogia é de suma importância na experiência em sala de aula [...] existem vários tipos de aprendizagem, isso nos ajuda muito na prática docente. (Professora Rubi)

O curso de pedagogia é um curso que realmente capacita o professor para a sala de aula. Durante o curso aprendemos muitas

*coisas de muita importância para nossa futura prática docente.
(Professora Topázio)*

*[...] contribui para o aprimoramento do conhecimento e saberes
úteis para uma boa prática docente. (Professora Ágata)*

A partir destas falas entendemos que a formação torna-se ponto fundamental para as possibilidades de melhoria na docência e para a prática em sala de aula.

Ainda compreendemos que a formação contribui para uma reflexão permanente voltada para a construção de uma educação emancipadora (MONTEIRO JÚNIOR, 2001, p. 88) que religa os saberes e vai ao encontro da dinâmica de desenvolvimento do ser humano.

Segunda categoria: o curso de pedagogia para os professores/alunos **auxilia no planejamento e organização das aulas**

*Com o curso de pedagogia **adquiri mais conhecimentos de como me planejar e organizar** (conteúdos) para colocar em práticas em sala de aula. (Professora Esmeralda)*

Menegolla & Sant'Anna (2001, p.24) dizem que o planejamento não deve ser visto como regulador das ações humanas, ou seja, um limitador das ações tanto pessoais como sociais, e sim ser visto e planejado no intuito de nortear o ser humano na busca da autonomia, na tomada de decisões, na resolução de problemas e principalmente na capacidade de escolher seus caminhos.

Menegolla & Sant'Anna (2001) ainda completam argumentando que o plano das aulas visa à liberdade de ação e não pode ser planejado somente pelo bom senso, sem bases científicas que norteiem o professor. Segundo Gutenberg (2008, p. 21) essa base científica utilizada para organizar o trabalho pedagógico são os pilares e princípios da Educação, anunciados e exigidos pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) (MEC, 2008); por este motivo faz-se necessário conhecê-los e compreendê-los muito bem.

Terceira categoria: ***Influência no estágio supervisionado***

*O curso de pedagogia está sendo muito importante para minha formação, pois através dele conheci a teoria e **pude colocá-la em prática através do estágio.** (Professora Turmalina)*

Nessa esteira vimos que o estágio possibilita que os futuros professores compreendam a complexidade existente no processo de ensino e aprendizagem.

A compreensão do estágio como elemento facilitador da articulação teoria-prática sempre foi assumida como um das funções elementares desse componente curricular, obrigatório no processo de formação de professores, uma vez que, por intermédio dele, os alunos têm a oportunidade de, participando da formação oferecida pelas Universidades, ao mesmo tempo, ter um contato com a realidade educacional desenvolvida nas escolas (Cf. PIMENTA, 2006).

Quarta categoria: ***Influência na vida pessoal e profissional***

*O curso de pedagogia tem exercido **uma grande contribuição não só na minha prática pedagógica, mas também na minha vida,** pois aprendi bastante. (Professora Brilhante)*

Nóvoa (1992) aponta que para a formação de professores, é indispensável que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional, na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente. Além disso, que o trabalho possibilite e favoreça espaço de interação entre as dimensões pessoais e profissionais.

Quinta categoria: ***Ajuda para um futuro concurso público***

*Através do curso melhorei muito o meu trabalho e até mesmo para **pensar em um concurso.** Não sou concursado, trabalho por contrato temporário. (Professor Diamante)*

Na sociedade regida pelo capital, segundo Holanda *et al* (2009) a lógica da educação é a lógica do mercado. Sob essa lógica, os indivíduos devem ser preparados para as relações de trabalho e a adaptação a tudo o que é imposto, além de garantirem um emprego para si.

Nesse contexto a educação tem a função de mediar a consciência dos homens visando a sua reprodução e se apresenta como um mecanismo poderoso no processo de reprodução das relações sociais alienadas.

Nesta sociedade, o que se dissemina com maior profundidade através da educação são as ideologias dominantes (e as ideias dominantes são as ideias da classe dominante). A empregabilidade e o empreendedorismo estão entre esses instrumentos ideológicos de manipulação das consciências para enganar milhões de trabalhadores inculcando-lhes a ideia de que precisam lutar muito para garantirem um lugar ao sol para si e para os seus (Holanda et al, 2009)

Considerações Finais

Esta pesquisa nos possibilitou perceber, a partir das falas dos sujeitos, que a formação de professores no curso de pedagogia é muito significativa para aqueles que já exercem a docência.

Destacamos ainda, entre os achados nesta pesquisa, que o aluno do curso de pedagogia, ao buscar meios para aperfeiçoar-se profissionalmente na maioria das vezes para melhorar sua prática em sala de aula.

Compreendemos, a partir desse fato, que o professor necessita permanentemente se envolver em processos formativos que favoreçam questionar-se, refletir e assim buscar aprimoramento de seu trabalho no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à concepção que os participantes da pesquisa têm da profissão docente está implícito nas suas falas que, para ser professor, é necessário planejar seu trabalho, conhecer a realidade

do mercado de trabalho através do estágio e adquirir conhecimentos teóricos para fundamentar sua vida profissional.

Por fim, registra-se a grande relevância de realização dessa investigação ao revelar a importância da formação pedagógica para o exercício da docência, ressaltando, assim, que a docência na educação infantil não se restringe à mera transmissão de conhecimentos e à utilização de técnicas e recursos pedagógicos. Ela vai, além disso, pois se sustenta principalmente no compromisso dos docentes e da instituição na construção permanente do conhecimento.

Referências

BARROS, Daniela Melaré Vieira. **Tecnologia da inteligência: gestão e competência pedagógica virtual**. Madri: Popular, 2007.

Bogdan, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editor, 2002.

CORREIA, Jonilson C. MORAES, Lélia Cristina Silveira de,. **Reflexões sobre a formação dos professores do Curso de Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão e os saberes da docência**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 11, n. 26. Rio de Janeiro, 2015.

HAMZE, Amélia. **Governabilidade e Governança**. Disponível em: < Acesso em 20 de ago. 2015.

HOLANDA, Francisca Helena de Oliveira *et al.* **A Pedagogia das Competências e a Formação de Professores: breves considerações críticas**. Revista Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, Número 1 Janeiro, 2009.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. **As exigências da formação do professor na atualidade**. Maceió: Edufal, 2000.

MORAN, J.M. **Novos caminhos do ensino a distancia**. In: CEAD, Rio de Janeiro, SENAI, ano 1, n.5, 1994.

MONTEIRO JÚNIOR, Áureo Gomes. **Educação Orgânica**. Curitiba: Ahom Educação, 2011.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 06/07/2015.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar?** Como planejar? 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e formação docente**. In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992. PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiesis, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

PRETI, Oresti (Org.). **Educação a Distância: Sobre discursos e práticas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SERRA, Antonio Roberto Coelho. **A trajetória de acumulação tecnológica do Núcleo de Tecnologias Educacionais da UEMA**. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 2009.

TROJAN, R. M. **Teoria e prática na formação docente: estudo das políticas educacionais brasileiras e cubanas**. Práxis Educativa, UEPG, v.3, n. 1, p. 29-42, jan.- jun. 2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). **Resolução n.º 65/08** – Consun/Uema. Altera o nome do Núcleo de Educação a Distância – Nead para Núcleo de Tecnologias para Educação. São Luís, MA, 2008.

VYGOSTSKY, Lev. Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológico superiores**. Tradução de José Cipolla Neto. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A música de Luiz Gonzaga como instrumento de ensino aprendizagem da língua portuguesa

Carlos Augusto Pereira Mendes ¹

1 Introdução

Compreendendo a língua portuguesa e a música que tem como objetivo a formação social, no sentido de humanizar o aprendiz.

Sabe-se que nos dias atuais, o educador precisa estar ampliando sua visão docente e estar se diferenciando com novos recursos e técnicas de ensino que consigam atrair a atenção do aluno para o ensino aprendizagem.

Ensinar a língua materna, neste caso, a língua portuguesa, não tem sido um trabalho simples e nem tampouco fácil. O professor de língua portuguesa tem se deparado com muitos alunos desanimados, apáticos e desinteressados que não têm o menor interesse para aprender, e, são até cansativos quando não se interessam para obterem conhecimentos. Sabemos que o aprender as variações linguísticas, conhecer as expressões idiomáticas, regionalismo inseçado a músicas é fruto de esforço por parte do educador, mas também, por parte do educando.

A música como recurso traz uma riqueza inesgotável para trabalhar o ensino aprendizagem em sala. Além disso, muitas

¹ Graduado em Letras Português-Inglês. Esp. Em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira – Universidade Internacional de Curitiba.

músicas têm alto poder de expressão e comunicação e pode trazer uma grande influência para o ensino de Língua Portuguesa conhecendo a cultura e as suas variedades da região brasileira. E mesmo já se vê inserido nas escolas o uso da música na matriz curricular. Granja (2010, p. 17) afirma que “A música é um conhecimento em que a percepção exerce um papel central”.

Entende-se que hoje em dia o educador necessita fornecer vários meios de dinamizar sua metodologia para que sua aula se torne mais prazerosa e estimuladora aos alunos. Partindo desse contexto é que se propõe essa pesquisa tendo como objeto do mesmo a música de Luiz Gonzaga, o rei do baião, como recurso a ser trabalhado nas aulas de Língua portuguesa. Além disso, temos como objetivo principal a música como instrumento de ensino-aprendizagem da Língua materna, tomando como fundamento interdisciplinar a composição e interpretação musical do rei.

Acredita-se que a música exerce uma forte influência na vida do ser humano em diversas situações. Percebe-se sua importância nas novelas, filmes, festas e em várias ocasiões significativas na vida de uma pessoa. Ela ainda acalma, motiva, estimula, trazendo um conforto ao ser humano, e é um efeito tranquilizador à alma que a ouve, pois, emociona, e muitas vezes funcionam como um ótimo *anti-stress*.

Neste projeto trabalhamos a metodologia amparada pelo enfoque fenomenológico, ou seja, preocupa-se em mostrar o que foi dado, onde o que altera é o mundo enquanto é vivido pelo sujeito. Adota-se uma linha qualitativa em que procura analisar as informações de modo a alcançar explicações referentes ao objeto de estudo em questão. Assim, adota-se a mesma pesquisa a partir da escolha da temática, da música até o desenvolvimento interdisciplinar pedagógico. Para o desenvolvimento metodológico se dividirá em 7 passos, cada passo será titulado dando as indicações do que refere-se ao título. Além disso, a pesquisa será descritiva e quantitativa, para se observar, diagnosticar, avaliar e identificar assim os resultados almejados.

A partir do desenvolvimento do projeto com base na fundamentação teórica de vários autores como Granja (2010), Penna

(1990), Ferreira (2002), Gomes (2012) e outros, se dividiram em títulos e subtítulos. Temos o primeiro título a música e a língua portuguesa, onde falamos sobre a música, seguidamente sobre a língua portuguesa. Logo após, temos o segundo título a música de Luís Gonzaga como instrumento de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Em seus subtítulos, um pouco da história do autor e por último as músicas como instrumento de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

Considera-se ainda, as possíveis contribuições que esse estudo trará para o conhecimento humano, mais precisamente, para o educador, que procura de todas as formas, dinamizar suas aulas, tentando solucionar os problemas de apatia no educando que está aprendendo a língua materna.

2 A música e a língua portuguesa

2.1 A música

A música já existia desde os primórdios da humanidade como obra cultural. Percebe-se isso através de relatos e estudos científicos. Ela já era praticada pelos primitivos e fazia parte do dia a dia dos mesmos.

Granja (2010, p.21) comenta: “A música é uma das manifestações humana mais antiga. Inscrições e desenhos de instrumentos musicais nas cavernas, flautas feitas de ossos e outros indícios mostram que a música é praticada pelo homem há muito tempo.”.

Ela tem a habilidade de levar o ser humano a ser contagiado pela produção da letra e do som. E isso influencia ao ouvinte em diversos aspectos quando a música é reproduzida. Ela manifesta sentimentos, e, é capaz de proporcionar um clima benéfico quando é bem selecionada.

“[...] as potencialidades de cada indivíduo (sua capacidade de discriminação auditiva, suas emotividades etc.). São trabalhadas e

preparadas de modo a compreender e reagir ao estímulo musical” (PENNA, 1990, p.22).

Vemos também que a música pode ser cultivada acima das suas habilidades simplesmente técnicas. E desta forma se torna um componente para atenuar a tensão emocional sob qualquer aspecto.

Trata-se de um processo contínuo e que deve ocorrer de modo especial, isto é, com atividades prazerosas e significativas que levem a criança a desenvolver a sua criatividade e também a aguçar o seu gosto musical, ouvindo sons de diferentes culturas (KEBACH, 2013, p.24).

Quando se ouve uma música, geralmente fica na mente sendo lembrada, principalmente quando tem uma letra e um som significativo. Para Gainza (1988, p.119), “a linguagem musical é aquilo que conseguimos conscientizar ou aprender a partir da experiência.”.

Podemos contar com a música, como um componente muito enriquecedor para se trabalhar em sala de aula, pois é, um gênero textual e por essa razão o educador de língua portuguesa pode usá-la em vários âmbitos, tais como, explorar o vocabulário, a gramática, as pronúncias através da música cantada e diversas outras áreas em que ela pode ser trabalhada, além de proporcionar prazer ao estudante do Ensino Fundamental e médio. Segundo Granja (2010, p. 18) “A música é uma linguagem que fala diretamente aos sentidos e, por essa razão, está intimamente ligada à percepção.”.

Nota-se assim então, justificadamente, uma crescente necessidade de se explorar uma pesquisa no âmbito da música, mais precisamente nas músicas de Luiz Gonzaga, para colher e compreender melhor como será usado este instrumento para obter resultados positivos ao ensino-aprendizagem em turmas do Ensino Fundamental anos Finais ou Ensino Médio.

2.2 O Trabalho com a Língua Portuguesa

O trabalho com a língua portuguesa vem sofrendo transformações assim como as demais áreas do conhecimento, são utilizados como recursos didáticos que contribuem e significam o

processo de ensino aprendizagem a língua portuguesa. Sabemos que nas escolas a gramática ainda é utilizada de forma única e absoluta. O português não padrão falado pela camada social desfavorecida, é considerado “errado”, diante de situações onde requer uma norma culta.

Erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas de afetos e informalidade. (BORTOLI ; RICARDO, 2004, p. 37)

Desta forma, acaba sendo gerado insegurança entre os alunos, o aluno sente-se desestimulado por não conseguir assimilar o conteúdo ensinado pelo professor através das gramáticas, e o professor sente-se incapacitado por não transmitir o conteúdo, culminando na dificuldade no processo de ensino-aprendizagem.

O grande desafio do docente de língua portuguesa é ensinar uma língua já conhecida e dominada pelos seus aprendizes. A criança chega à escola com a gramática adquirida e com um vocabulário até então suficiente para expressar suas necessidades. A ser inserçada na escola, já traz consigo toda sua experiência de língua (linguística) adquirida no dia a dia e já utiliza as próprias regras da comunidade onde vive (dialeto). Aos docentes cabe à responsabilidade de, respeitando os níveis de linguagem já contida, fornecer aos estudantes a importância de conhecer as diversas possibilidades de uso da língua.

O objetivo mais geral do ensino de português para todas as séries da escola é mostrar como funciona a linguagem humana e, de modo particular, o português; quais os usos que tem e como os alunos devem fazer para estenderem ao máximo, ou abrangendo metas específicas, esses usos nas modalidades escrita e oral, em diferentes situações de vida. (GOMES apud CAGLIARI, 2012, p.41).

Sendo assim, o professor deve explicar ao aprendiz que a língua nos serve para construir os sentidos atribuídos por nossa cultura, ao mundo e às pessoas. Devemos mostrar aos alunos que existe uma língua falada e outra escrita que, em suas diversas variações, servirão a propósitos diferentes.

O ensino da língua portuguesa diante desses avanços da área da linguística, principalmente no que tange à psicolinguística e à sociolinguística, outros aspectos referentes à linguagem despertam o interesse de especialistas e professores.

O conceito de erro passou a ser revisto e as influências do estigma social representada pelas variedades linguísticas ocupam espaços nas discussões acadêmicas. Através desses avanços, esse novo olhar e tratamento das questões que cercavam o uso da linguagem começaram a ser inserida as aulas de língua portuguesa.

A inserção das variedades linguísticas em sala de aula, pois é, afirmar que falamos todos a mesma língua. Uma tendência forte entre os brasileiros “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” (Bagno, 2005, p.15). Para esse autor, onde descreve os mitos, sendo este o mais sério, uma vez que não reconhecida essa diversidade linguística no Brasil, as pessoas que falam uma variedade desprestigiada são frequentemente vítimas de discriminação. Entendemos que, a escola tenta impor sua norma linguística como se fosse, de fato, a língua comum a todos. No entanto, esquecemo-nos que milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau escolarização são contribuintes as variedades do português brasileiro.

Gomes (2012.p.71) informa que “as variedades do português brasileiro são vasto, sua variação linguística pode ocorrer em todos os níveis da língua: lexical, fonético, morfológico, sintático e até pragmático”. Segundo a autora, esses níveis podem está vinculado a três tipos de fatores importantes, que são geográficos; sociais e socioculturais; de contexto. Diante de recursos utilizado em sala de aula, os níveis e os fatores contribuem para melhor compreensão do

aprendiz de língua portuguesa desviando o olhar discriminatório linguístico.

Além disso, o trabalho do ensino da língua portuguesa proposto pelos PCN, além de estarem sintonizados com as novas tendências dos estudos linguísticos para o aprendizado de língua materna. E oferecidas às diretrizes necessárias para composição do currículo de acordo com a realidade local de cada escola. As atividades discursivas, uma das quais utilizamos na pesquisa, retrata nas práticas sociais o uso da linguagem verbal, fundamentada nos eixos organizadores.

Sendo instrumento principal no processo de construção do conhecimento, a língua portuguesa deve ser levada ao aluno como meio de expansão das possibilidades de uso de uma língua, conhecida e dominada em sua variedade. Para escola, então, fica a responsabilidade por ensinar a língua padrão em suas habilidades linguísticas básicas, como falar, ouvir, ler e escrever, condicionada pelos PCN. Já o professor assume a responsabilidade de gerir inserção de recurso com a finalidade de interação e motivação aos aprendizes.

Os PCN destacam que o trabalho com utilização de recursos de língua oral como conteúdo escolar, além de exigir um planejamento cuidadoso da ação pedagógica,

supõe também um profundo respeito pelas formas de expressão oral trazidas pelos alunos, de suas comunidades, e um grande empenho em ensinar-lhe o exercício da adequação aos contextos comunicativos, diante de diferentes interlocutores, a partir de intenções de natureza diversa (BRASIL, 1997, p.39).

Sabemos que, há diversos recursos que podemos utilizar para aprendizagem da língua como conteúdo de ensino, mas não atentaremos a todos os recursos existentes, para esse trabalho, escolhemos a música com instrumento de trabalho em sala de aula.

Sendo assim, propomos a utilização da música como instrumento de ensino de língua portuguesa desenvolvida através de atividades interdisciplinar em grupo de discussões e resoluções de problemas; atividades variadas de exposição oral, como

descrição, narração e análise de situação da música proposta. Assim, os aprendizes são preparados para exposição oral e apresentação de trabalhos, que acontece, tradicionalmente, nos anos mais avançados do ensino fundamental, médio e certamente, em diversas situações profissionais, quando adultos.

O trabalho da música como instrumento de ensino aprendizagem na língua portuguesa está relacionado não somente ao uso de mais um recurso, mas também ao contexto interdisciplinar que pode ser explorado. Podemos mencionar várias razões para integrar as músicas ao ensino e aprendizagem. Além de proporcionar momentos de diversão e entretenimento à aula, a ferramenta explora tanto habilidades intrapessoais quanto interpessoais, ou seja, os estudantes podem ser estimulados a trabalhar tanto a compreensão individual quanto coletivamente.

Além disso, os estudantes têm a oportunidade de expressar sentimento, trabalhar a criatividade e ainda explorar conteúdos de sua disciplina e outras (interdisciplinaridade). Mais a frente, veremos como podemos utilizar este instrumento de ensino-aprendizagem.

2.3 Um pouco da história de Luiz Gonzaga e suas composições

Sobre a história desse compositor e interprete, contamos como fonte de pesquisa, a obra “O beabá do sertão na voz de Gonzagão”. Segundo os autores (HOLANDA e VIANA, p.6, 2014) narram assim essa brilhante e emocionante bibliografia do embaixador do sertão.

Luiz Gonzaga do Nascimento titulado de rei do baião nasceu em 13 de dezembro de 1912, dia de Santa Luzia, na cidade de Exu (PE). Filho de Januário José dos Santos e Ana Batista de Jesus, conhecida como Santana. Luiz levou uma vida livre, em contato com a natureza, a fauna, a flora e a gente do sertão, os vaqueiros, agricultores, boiadeiros, etc. Desde pequeno já mexia na sanfona de oito baixos de seu Pai Januário, no qual começou a tocar as primeiras

notas. Quando adolescente sonhou em se juntar ao bando do lampião, mas ficou apenas em sonho.

Seu primeiro emprego foi como ajudante de Sinhô Aires, fazendeiro e rabula em Exu. Aires foi quem afiançou a compra de sua primeira sanfona, com a qual passou a tocar em bailes sertanejos. Aos 17 anos Gonzaga se apaixonou por uma moça branca e rica e foi vítima de preconceito, racismo e perseguição, provocando sua fuga para Fortaleza (CE). No Ceará Luiz “sentou praça” no exército, indo depois para Minas Gerais de onde seguiu para o Rio de Janeiro. Lugar aonde viria a se transformar no embaixador cultural de todo o Nordeste. Inicialmente Gonzaga tinha planos de retornar a Exu, mas a convite de um amigo, começou a tocar no Mangue, região do Rio famosa por sua vida noturna e cabarés.

No início tocava apenas tangos e valsas, ritmos populares na época. Certa feita, um grupo de estudantes oriundos do Ceará resolveu desafiar Gonzaga a tocar algo de sua terra natal. Luiz adorou o desafio e brincando terminou por criar ritmos e melodias que o tornaram conhecido no Brasil e internacionalmente.

Ao repertório musical conta com diversas músicas que falam do universo sertanejo. Entre esse universo podemos citar alguns companheiros de composições como, Humberto Teixeira, Zé Dantas, João do Vale, Patativa do Assaré, José Marcolino, Fagner, Dominginhos e outros. Além disso, Gonzaga foi exemplo de superação, pois foi proibido de cantar na Rádio Nacional e na própria RCA Victor, gravadora onde lançou diversos discos instrumentais. Argumentavam que ele tinha “a voz de taboca rachada” - mesmo assim, Luís levou adiante seu projeto de ser cantor e acabou se impondo com uma das vozes mais marcantes da música brasileira. Bravamente resistiu e venceu com seu chapéu de couro e o gibão puxando o fole, marcas que o registrou espalhando seus forros, polcas e sambas pelo país. Sua vida era andar pelo país, com isso manteve o legado, cantando e encantado pessoas por onde passava.

Em 1989, Luís Gonzaga morre de complicações respiratórias deixando assim as lembranças vivas em seus ascendentes fogos juninas, marcadas até hoje.

2.4 As músicas como instrumento de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa

Os gêneros textuais como a música apresentam características relativamente estáveis, mas não são instrumentos estanques, eles modificam-se e ampliam-se de acordo com a necessidade da sociedade. A elaboração desse conceito parte da tentativa de aproximar o conhecimento político e social de uma melhor compreensão de como o gênero musical opera em todas as esferas sociais.

Segundo Marcushi (2008), o gênero textual é caracterizado de forma que suas características sejam percebidas pelo leitor/ouvinte. Com isso, a identificação do gênero é importante para contextualização dos discursos presentes nas letras das músicas. Desse modo, entende-se que a configuração do texto depende da relação entre os componentes que se organizam em forma de cadeias.

No caso da música de Luiz Gonzaga, são classificadas em diversas temáticas, como seca e inverno, samba-forró e crenças. Podemos aferir que esses componentes estão carregados de interesses sociais e particulares, pois o que se evidencia nas músicas é a grande importância no suporte que se dá simultaneamente ao sofrimento e alegria do homem do sertão. Com isso, a mensagem principal fica neutralizada em detrimento da interpretação subjetiva influenciada por interesses pessoais. Desse modo:

O suporte firma ou apresenta o texto para que se torne acessível de certo modo. O suporte não deve ser confundido com o contexto nem com a situação, nem com o canal em si, nem com a natureza do serviço prestado. Contudo, o suporte não deixa de alterar como um tipo de contexto pelo papel de seletividade. A ideia central é que o suporte não é neutro e o gênero não fique indiferente a ele. (MARCUSHI, 2008, p.176)

Com isso, as músicas são uma das formas textuais pré-elaboradas mais absorvidas cotidianamente pela maior parte da população. São construções textuais intencionais, por meio das quais se quer transmitir uma mensagem com características culturais, morais sociais e políticas. Por isso, podemos utilizá-las como instrumento de ensino e aprendizagem na denominação e divulgação da língua. A seguir, vemos o passo a passo do modelo aplicado em sala de aula.

Dentro do repertório musical de Luiz Gonzaga podemos encontrar diversas temáticas, como seca e inverno, samba-forró, crenças, feiras, ofícios sertanejos, cangaço (um dos assuntos mais polêmicos da história do Brasil), fauna, flora, costumes, folguedos, etc. Devido ao autor ter um cenário temático muito vasto, não vamos nos atentar a todos, e sim a escolha de um tema. Pois assim, o trabalho seguirá aos seguintes passos:

1. Escolha da temática: Seca e Inverno
2. Música: A Triste Partida (Patativa do Assaré) interpretada pelo rei do baião
3. Compreensão auditiva da música: Os aprendizes ouvirão a música por duas vezes, sendo, que pela segunda vez estarão como o material impresso, para que possa fazer à leitura simultânea a compreensão auditiva.
4. Interpretação do texto: Para esse momento a exploração e o entendimento dos alunos sobre a letra da mesma. Com a seguinte pergunta, que sentimento a música traz para vocês, tristeza, alegria, revolta ou esperança?
5. Produção da escrita: Utilizamos um questionário contendo as seguintes informações: O que é seca e o que é inverno no sertão? Onde fica o sertão nordestino? Quais estados que compõe a região nordeste? O que se entende pelo título da música? O que êxodo rural?
6. Explicação oral: É feita a leitura do questionário com as respectivas respostas individuais e o esclarecimento de dúvidas.

7. Interação professor aluno: Para interação entre professor aluno em sala de aula, é montado grupo de alunos, onde o professor distribuirá as estrofes da música a cada grupo. O professor fará uma análise através de perguntas e resposta como modelo, e seguidamente os alunos farão as suas. Importante desse passo, é que a interdisciplinaridade é presente e necessária, pois algumas informações deverão ser consultadas ao professor de geografia, de matemática, de história e outros.

2.5 Modelo analisado pelo professor

Meu Deus, meu Deus. . .
Setembro passou
Outubro e Novembro
Já tamo em Dezembro
Meu Deus, que é de nós,
Meu Deus, meu Deus
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste
Com medo da peste
Da fome feroz
Ai, ai, ai, ai

1. Quem foi Luiz Gonzaga e Patativa do Assaré?
2. Quais estados do Nordeste eles nasceram?
3. Na região em que o compositor e o cantor nasceram, descreva as características geográficas, como área, clima, altitude, densidade, população, fuso horário.
4. Comentário histórico sobre a origem do nome da cidade onde nasceram os autores.
5. Descubra no texto acima o agente responsável pela fome feroz?
6. Com suas palavras faça um comentário sobre as consequências que a seca traz ao povo que vive no sertão?
7. Por último, como a transposição do rio pode ser útil para o povo do sertão?

Vimos o modelo de passo a passo como recurso de ensino aprendizagem, deste nos chama atenção para interdisciplinaridade, que é presente na atividade educativa. Esta atividade elaborada tem uma interação aonde contempla a dimensão cognitiva (procedimento),

e a dimensão pragmática (conhecimento) entre o professor e aluno. Neste trabalho em sala de aula, a tarefa modelada a passo a passo, envolve os aprendizes para compreensão, manipulação e produção interdisciplinar para fins de serem alcançados dentro de uma proposta pedagógica, ao ensino de língua portuguesa.

No que se refere ao ensino e aprendizagem, há, de acordo com a proposta pedagógica do Ministério da Educação (MEC), muitas práticas para auxiliar o ensino do professor de Língua Portuguesa. Existem muitos planos de estudo de forma interdisciplinar, indicando que o processo pedagógico tenha como base. Portanto, é para essa base interdisciplinar que contemplamos o trabalho com a música como instrumento de ensino.

Acrescentar a música nas práticas pedagógicas objetiva ao professor de língua materna desenvolver nos aprendizes a leitura, reflexão e produção textual, de maneira menos enfadonha, utilizando, por exemplo, gravador (para ouvir música), material fotocopiado (para leitura e atividade de compreensão), na TV e DVD.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2016), a perspectiva interdisciplinar e a proposta pedagógica são vastas, como já citadas, mas, no entanto, ainda há, entre a classe de educadores, insatisfação na questão do aprendizado, desejando que, em sala de aula, haja, entre os alunos, o prazer em aprender.

Sabemos que, a satisfação à aprendizagem não está na questão do ensino, mas também, na realidade social. Diante desses fatores, buscamos melhorar à aprendizagem de forma satisfatória em sala de aula. No entanto cabe aos professores criar situações de aprendizagem nas quais os educandos possam está em relação com variação de produções musicais não apenas vinculadas ao seu ambiente sonoro, mas se possível também de origens diversas, como, de outras famílias, de outras comunidades, de outras culturas de diferentes qualidades: folclore, música popular, estrangeiras e outros.

As práticas musicais nas escolas devem partir do que os aprendizes já conhecem desta forma, se desenvolve dentro das condições e possibilidades de trabalho de cada docente.

Conforme Farias (2001, p. 4), “A música passa uma mensagem e revela a forma de vida mais nobre, na qual, a humanidade almeja, ela demonstra emoção, não ocorrendo apenas no inconsciente, mas toma conta das pessoas, envolvendo-as trazendo lucidez à consciência”.

A arte musical como instrumento de ensino como qualquer outra arte acompanha historicamente o desenvolvimento da humanidade e pode se analisar as épocas da história, pois em cada vida, ela está sempre presente. Notamos ainda, que essa arte como instrumento de ensino e aprendizagem da língua portuguesa é de suma importância para obter melhores resultados nas atividades escolares.

Além disso, a música é uma forma lúdica de aprendizagem, pois ela contribui no conhecimento do ser humano auxiliando nas emoções e sentimentos permitindo as ações e percepções sem medo de fracassar tornando assim bem preparado para a socialização.

Portanto cabe aos docentes buscar meios e elaborar espaços para que o discente desenvolva determinadas ações, porque a música além de apresentar significados, facilita e motiva a interação entre professores e alunos, ela descortina a visão obscura de mundo, abre as portas para diversidades do contexto sócio- cultural em que vivem.

2.6 Metodologia

A metodologia usada nessa pesquisa foi de observações e coletas de dados para obter as informações imprescindíveis acerca do tema abordado. Nela foi incluída a pesquisa bibliográfica em livros e artigos, que deram suporte para o embasamento, com autores que também anteriormente trataram desse tema. Essa pesquisa foi descritiva e quantitativa, pois, foi realizada uma entrevista com questionário fechado para professores e alunos a fim de observar, diagnosticar, avaliar e identificar os resultados almejados. Esta pesquisa contou com a leitura das canções que deram conhecimento respaldado em autores com embasamentos e

conhecimentos de caso referente ao tema acima citado. Foi também analisado e interpretado as letras de canções escritas por Luiz Gonzaga. Este trabalho contou com o uso de anotações de fragmentos e pesquisas em sites para ajudar no desenvolvimento do tema. Existiu ainda diálogo com o orientador para recolher sugestões e logo após a redação final do texto, com seguimento de digitação e normalização do mesmo.

3 Considerações finais

Esse trabalho demonstrou a inserção da Língua portuguesa de forma significativa para estudantes através da música. É preciso lembrar que esses aprendizes têm grande interesse pela arte musical e pela língua nas descobertas e na dedução aplicada através de recursos ao ensino e aprendizado. Pois, esses eram acostumados a receber aulas repetitivas e sem recursos, demonstrando o próprio desinteresse pela língua materna. Hoje o estudante é convidado a explicitar seu pensamento, a dar opiniões em situações diversas, enfim a participar da construção do seu conhecimento.

Através de técnicas e abordagens sobre a música proposta os alunos conquistaram sua segurança e o entusiasmo, deixando de lado o desinteresse pela aprendizagem. O professor na mediação trouxe recursos pelo qual despertam e motivam o interesse dos alunos, assim como a busca por entender o que eles ainda não tinham diante da dimensão pragmática.

O estudante chega com expectativas diante de uma realidade desconhecida, muitas vezes achando que nada sabe. Ao buscar a visão de mundo que ele traz, e partir daí faz a sua elaboração do conhecimento formal, cognitivo, e, esse indivíduo passa a sentir-se valorizado e sua autoestima começa a ser resgatada ao mesmo tempo em que o desempenho tende a melhorar. As expectativas demonstradas pelos alunos tornam-se claras à medida que é aplicada à língua portuguesa.

A língua portuguesa é um idioma de extrema importância no currículo do aprendiz, pois suas transformações tende ser acompanha a todo tempo, assim como as demais áreas do conhecimento no mundo globalizado, faz parte do currículo básico, porém no cotidiano da escola nem sempre sua importância é reconhecida. O professor de língua portuguesa nas escolas tem como tarefa, fazer com que os estudantes percebam a utilidade e a importância da disciplina na vida prática.

Em língua portuguesa, as músicas podem ser ferramentas úteis tanto dentro como fora da sala de aula. Primeiramente porque permitem que os aprendizes utilizem o português em situações contextualizadas e interações bem delimitadas. Desta forma, as músicas podem ser um espaço para prática de conteúdos trabalhados na classe, contribuindo na sistematização interdisciplinar do que foi aprendido. As músicas podem ainda servir como recurso para a avaliação: os professores pedem aos aprendizes que exponham textos escritos o que foi entendido sobre determinada questão. Substituindo, assim as antigas composições dando inovação na produção de novos textos.

A arte musical utilizada como recursos didáticos contribuem de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem a língua portuguesa. Pois, sabemos que nas escolas a gramática ainda é utilizada de forma única e absoluta. O português não padrão falado pela camada social desfavorecida, é considerado “errado”, diante de situações onde requer uma norma culta. No entanto, a música traz vantagem, e assim podemos mudar essa forma absoluta de ver a gramática. Ela além de proporcionar a interação contextualiza, eleva o aprendiz a se tornar mais próximo da língua.

O trabalho da música como instrumento de ensino aprendizagem de língua portuguesa está relacionada não somente ao uso de mais um recurso, mas também ao contexto interdisciplinar que pode ser explorado. O contexto interdisciplinar/interdisciplinaridade proporciona ao aluno um conhecimento de mundo quando praticado em sala de aula ou fora dela.

Através do modelo passo a passo, vimos quanto à prática interdisciplinar é necessária aos alunos desenvolvendo o conhecimento as outras disciplinas. Modelos assim podem elevar e mostrar o uso da arte musical como recurso de ensino em sala de aula. No que se refere ao ensino, há, de acordo com a proposta pedagógica do MEC - (Ministério da Educação), muitas práticas para auxiliar o ensino do professor de Língua Portuguesa. Há muitos planos de estudo de forma interdisciplinar, indicando que o processo pedagógico tenha como base. Uma base que podemos interdisciplinar através do trabalho com a música.

A arte musical, além da contribuição cultural que eleva a compreensão de mundo do aprendiz, nos mostra que a interdisciplinaridade é tão importante quanto necessária. No entanto, o estudo sobre a música como instrumento de ensino e aprendizagem de Língua portuguesa conclui-se que a música é de fundamental importância para o ensino e a aprendizagem, pois ela está ligada ao ser humano desde cedo (canções de ninar) e em sala de aula, tem fundamental papel, podendo facilitar na compreensão da língua materna e outras línguas.

Constata-se que a música não é somente uma associação de sons e palavras, mas sim um rico instrumento que pode fazer a diferença em sala de aula. Segundo os resultados da pesquisa, a maioria dos educandos gostam e acreditam na importância de aprender a língua portuguesa, mas a utilização de recursos com a mesma é pouco, dificultando mais ainda no processo de aprendizagem. Cabe à escola criar meios com metodologias diversas garantindo a permanência dos educandos nas atividades propostas desenvolvendo neles o prazer pela aprendizagem da língua portuguesa.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set.16.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como de faz. São Paulo: Loyola, 2005.

FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Assis Chateaubriand. 2001. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Centro Técnico Educacional Superior do Oeste Paranaense. CTESOP/CAEDRHS. Paraná, 2001.

FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2002.

GAINZA, V. H. D. **Estudos de Psicopedagogia musical**. São Paulo: Summus, 1988.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

GRANJA, Carlos Eduardo de Souza Campos. **Musicalizando a Escola: música, conhecimento e educação**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2010.

HOLANDA, Arlene e VIANA Arievaldo. **O beabá do sertão na voz de Gonzagão**. Fortaleza: Armazém da cultura, 2012.

KEBACH, Patrícia Fernanda Carmem. **Expressão Musical na Educação Infantil**. 1. Ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3 ed.. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PENNA, Maura. **Reavaliações e buscas em musicalização**. São Paulo: Loyola, 1990.

SEKEFF, M. L. **Da música – seus recursos**. 2 ed. rev.ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Marxismo e história: o humanismo como enfrentamento ao discurso pós-moderno

Marcelo de Sousa Araujo¹

1 Introdução

O presente artigo é resultado dos debates acontecidos desde o ano de 2008 no Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS/UFMA), grupo de estudos que trabalha as obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Acrescenta-se, também, que o ano de 2018 é bem emblemático no seio do marxismo, pois celebra-se o bicentenário de nascimento do pensador alemão. Diante disso, objetiva-se com esse trabalho discutir a importância que o pensamento Marxiano e Marxista possuem para a atualidade, sobretudo, na condição de enfrentamento ao discurso pós-moderno bastante presenciado na contemporaneidade.

Mundo contemporâneo caracterizado pela instantaneidade, pela ausência de valores (BRAUDILLARD, 1996), pela liquidez nas relações sociais (BAUMAN, 2001), onde os sujeitos são pensados a partir de deslocamentos constantes. Assim, alguns teóricos afirmam

¹ Licenciado em História e Mestre em Cultura e Sociedade ambos pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente é Professor da Faculdade Santa Fé/IDESP. E-mail: jcelo2010@hotmail.com.

que estamos vivendo na sociedade em rede (CASTELLS, 1999), também, chamada de pós-modernidade (HALL, 2000). Com isso:

A palavra da “moda” no espaço acadêmico tem sido o prefixo “pós”, principalmente, quando se refere a tão “aclamada” pós-modernidade. Fala-se da crise do paradigma da modernidade, sobretudo, da perspectiva de explicação do mundo por meio do conhecimento científico, desse modo, advoga-se a morte do sujeito iluminista e todas as formas de pensamento herdeiras dessa tradição. Diante disso, o mundo “pós-moderno” caracteriza-se pela efemeridade (...) ambivalências das relações sociais. Também, pela sensação de desterro, de desconstrução e por uma espécie de relativismo dominante (ARAÚJO & ROSA, 2015, p.98).

Isso posto, compreende-se que o contexto da atualidade não deve ser interpretado somente no plano epistemológico, e sim, no campo político, pois o pensamento intelectual corresponde ao espaço das disputas de poder, precisamente, no próprio campo das lutas políticas; dito de outra maneira, o campo epistemológico significa o advento de uma posição progressista/revolucionária ou conservadora/reacionária no campo sociopolítico, assim acredita-se que o chamado discurso pós-moderno representado, por exemplo, na concepção de negação da história tem contribuído para manutenção do status quo e por consequência ao próprio predomínio do modo de produção capitalista. Pois, como afirma Wood (2000, p.50),

Há outra especialmente curiosa sobre a nova ideia de pós-modernidade, um paradoxo particularmente notável. Por um lado, a negação da história na qual ela se baseia é associada a um pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou histórias suscetíveis de análise causal, não podemos chegar as raízes dos muitos poderes que nos oprimem; e certamente não podemos aspirar algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo de contestação geral do capitalismo, do tipo que os socialistas costumavam acreditar. O máximo que podemos esperar é um conjunto de resistências particulares e separadas. Por outro lado, esse pessimismo político parece ter origens numa visão

bastante otimista da prosperidade e possibilidades capitalistas. Os pós-modernos de hoje (...) parecem ter uma visão de mundo ainda calcada na “era de ouro” do capitalismo, cujo traço dominante é o “consumismo”, a multiplicidade de padrões de consumo e a proliferação de “estilos de vida”.

Ou seja, o discurso pós-moderno tem produzido um processo de desmobilização das lutas sociais, em especial, a partir da concepção de negação da história o que, por sua vez, tem contribuído para o mascaramento das contradições do capitalismo a partir da ideia de separação entre capital e trabalho ou da defesa de um capitalismo leve que teria sua forma de acumulação para além da exploração do trabalho. Contudo, entende-se que os conceitos: “pós” moderno, modernidade tardia, sociedade pós-industrial, dentre outras definições, não passam de abstrações se não considerarmos os sujeitos concretos responsáveis pelo processo histórico.²

Destarte, o presente artigo discutirá a contemporaneidade e a ideia pós-modernidade a partir da concepção materialista da história. Para tanto, o texto em questão está constituído da seguinte forma: Primeiramente, no intuito de compreender a filosofia Marxiana como humanista, de valorização do homem e do diálogo entre o homem e natureza, apresenta-se as bases do materialismo histórico formulados por Karl Marx ainda em seus textos de juventude, sobretudo, por intermédio dos embates travados na Alemanha contra os jovens hegelianos³, pois nesses trabalhos já se encontram categorias analíticas fundamentais para a compreensão de sua filosofia, tais como: “*homem genérico*”, “*emancipação*”, “*alienação*”, dentre outras, o que significa dizer que o processo emancipatório do homem já começava a ser delineado; Na sequência, com a finalidade de desconstruir o argumento

² Ver Karl Marx. O método da economia política. In: Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

³ “Discípulos radicais de Hegel, também conhecidos como hegelianos de esquerda, constituíram uma escola de pensamento bastante amorfa na Alemanha em fins da década de 1830 e princípio da seguinte. (...) Em suas origens, os jovens hegelianos eram uma escola filosófica e sua abordagem da política e da religião foi sempre intelectual. Sua filosofia pode ser chamada, no máximo, de um racionalismo especulativo” (BOTTOMORE, 1988, p. 297/298).

pós-moderno de que tudo não passa de relativismo ou uma questão de ponto de vista, o que de alguma maneira acaba fomentando a negação da história, sustento-me nas contribuições de Walter Benjamin e suas “*Teses sobre a História*” publicadas na Alemanha dos anos de 1930⁴, no qual o filósofo influenciado por Marx argumenta que o passado fornece um campo rico de entendimento para os acontecimentos do tempo presente; E, por fim, faço as considerações gerais sobre o humanismo como forma de enfrentamento ao capitalismo e ao discurso pós-moderno. Pois, entende-se que a pós-modernidade tem fomentado o individualismo, a valorização das coisas em detrimento dos homens e diante a intolerância e avanço do conservadorismo na contemporaneidade⁵, o humanismo é, sem dúvidas, uma das formas, talvez a mais importante, para o enfrentamento desse cenário.

2 A tradição dos mortos oprime o cérebro dos vivos como pesadelo.

A Alemanha no final dos anos de 1830 e princípio da década seguinte passou por um período de efervescência, tanto que Marx chegou a afirmar que a região estava vivenciando uma revolução maior do que a francesa, porém revolução essa que acontecia somente no campo das ideias. O autor se referia a tentativa dos jovens hegelianos – Bruno e Edgar Bauer, Max Stirner, Ludwig Feuerbach e David Strauss – de objetivarem superar o sistema de pensamento hegeliano. Proposta essa que a princípio o agradou, mas que com o tempo se mostrou bem limitada, pois a crítica continuava a ser a feita somente no campo especulativo. As críticas de Marx as limitações do grupo⁶ podem ser observadas, por

⁴ Período do fascismo na Alemanha a partir da tomada de poder feita por Adolf Hitler.

⁵ Um exemplo disso é o fomento do discurso xenófobo nos últimos anos, em especial, contra os refugiados que tentam ir para a Europa ou mesmo América Latina.

⁶ Marx procurou acertar contas com a tradição idealista alemã e, desse modo, endereçou o ataque sobre esses autores nos seguintes trabalhos: A questão judaica (1844), Introdução à Crítica da Filosofia

exemplo, já em sua *Introdução a Crítica da Filosofia de Hegel*, publicada em 1843, vemos:

A crítica da religião, no caso da Alemanha, foi na sua maior parte completado; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica [...]. Este é o alicerce da crítica irreligiosa: o homem faz a religião e não a religião faz o homem. Mas o homem não é um ser abstrato, acovardado fora do mundo. E a religião é de fato a autoconsciência e o sentimento de si do homem, que não se encontrou ainda ou voltou-se a perder-se. O homem é o mundo do homem, o estado, a coletividade. Este estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são o mundo invertido [...]. Consequentemente, a luta contra a religião é indiretamente a luta contra aquele mundo cujo perfume espiritual é a religião (MARX, 2001, p.45).

Nesse trecho já se percebe a concepção materialista da história através do entendimento do homem como o sujeito da história e não questões de procedência metafísica, sobrenatural ou mesmo especulativa. Nesses textos de juventude, também, já estavam delineados, como será observado em instantes, a compreensão do humanismo em Marx, em especial, através das relações do homem com a natureza.

Embora, as condições práticas e históricas da Alemanha⁷ naquele período a colocassem em uma situação de inferioridade em relação a França e ao Reino Unido que já se encaminhavam para a consolidação do modo de produção capitalista, Marx já compreendia que nesses textos iniciais que a história é sempre construída através da atuação de sujeitos concretos, sobretudo, na afirmação de que “*o homem é o mundo do homem*”.

do Direito de Hegel (1843), A Sagrada Família (1845) e a Ideologia Alemã (1846, publicada postumamente em 1932). (ARAUJO & ROSA, 2015).

⁷ A França estava passando por um processo de revoluções sociais e políticas desde fins do Século XVIII. E, por sua vez, o Reino Unido já estava consolidando o modo de produção capitalista. A chamada dupla revolução que colocou a Burguesia no poder. No caso específico da Alemanha o modo de produção feudal ainda era predominante.

2.1 Homem e Natureza: o humanismo em Marx.

O marxismo é, sobretudo, uma filosofia humanista que objetiva a valorização do homem e sua plena emancipação, corroborando com isso o próprio Marx enfatiza que homem e natureza não podem ser compreendidos de maneira separadas. Posto que,

(...) O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e da natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2001, p. 116).

A relação indissociável entre homem e natureza é muito importante na análise Marxiana, haja vista que o modo de produção capitalista acabou transformando tanto um quanto o outro em mercadorias. No caso do primeiro, este perde sua condição humana ao ser alienado pela produção capitalista, deixando de ser sujeito e se tornando objeto, ou seja, nesse sentido podemos inferir que a alienação é a negação da condição humana; por sua vez, a natureza passa a ser explorada pelo capital com o objetivo de obtenção de riquezas e com isso tornando-se uma mercadoria.

Em relação a produção no capitalismo, Marx (2010) destaca que esta é alicerçada em contradições e desigualdades que são inerentes ao processo capitalista, sobretudo, no fato de que nesse modo de produção o trabalho produtivo é sempre sinônimo de exploração, uma vez que:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios para os ricos, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade,

cretinismo para o trabalhador (...). O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ele pertence a outro, é a perda de si mesmo. (MARX, 2010, p. 82/83).

No aspecto conceitual, convém salientar que os trabalhos de Karl Marx no início da década de 1840 também foram muito influenciados por categorias analíticas do filósofo Ludwig Feuerbach. Por exemplo, o conceito de homem genérico, no qual objetiva o entendimento mais humanizado do homem por meio de uma abordagem antropológica, ou seja, a busca pela natureza do sujeito não alienado pelo pensamento religioso. Em se tratando de Marx, conclui-se que o homem genérico pode ser representado na sua união com a natureza e por extensão em sua própria emancipação.

Por emancipação, entende-se o homem podendo desenvolver todas as suas potencialidades, reconhecendo-se como sujeito e não mais coisificado como objeto. Para Marx esse cenário só seria possível com a derrocada do modo de produção capitalista. Nisto consiste, a base da concepção humanista da filosofia Marxiana que advoga o processo de libertação do homem.

Condição essa que só acontecerá com o modo de produção comunista, pois em uma sociedade comunista não existirá a personificação do trabalho, a exploração do homem sobre o homem e com isso cada indivíduo poderá se desenvolver na plenitude, poderá assim se debruçar pela atividade que lhe apraz, “dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar a tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após

o jantar, segundo o meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico” (MARX & ENGELS, 2007, p. 47).

A esse respeito, Araujo & Rosa (2015, p. 121) salientam que:

O homem seria rico não por ter muito, mas a possibilidade de ser muito. A filosofia marxista trata-se de uma dura crítica ao processo de reificação do homem, a importância dada no sistema capitalista as coisas em detrimento do próprio ser. Desta maneira, é necessário o ressurgimento do debate humanista, na qual o marxismo é um herdeiro.

Como será discutido mais adiante, o humanismo, sem dúvidas, consiste em uma das formas, talvez a mais importante, para o enfrentamento ao que tem sido convencionalmente classificado como sendo o mundo pós-moderno caracterizado pela efemeridade, pela instantaneidade, pela liquidez, pela digitalidade a partir da concepção que vivemos em um presente constante, ou seja, a sensação de *presentismo* em oposição a história-ensinamento que era ancorada na definição de passado. Dando sequência a essa discussão trataremos para refutar os argumentos pós-modernos, o pensamento de Walter Benjamin.

2.2 Walter Benjamin: os ensinamentos da história.

Para François Hartog (2014) a queda do muro de Berlim em 1989 e na sequência o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no ano de 1991, representou o término do regime de historicidade⁸ moderno e com isso a passagem para o pós-moderno. O regime de historicidade esse que se caracterizará pela concepção de um tempo presente constante; assim, o passado não

⁸ Hartog afirma que o termo Regime de Historicidade é mais abrangente do que período, época, momento, dentre outras categorias, que segundo ele, significam somente recortes no tempo, por sua vez, Regime de historicidade se refere a questões de experiências e com isso, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas.

servira mais como ponto de referência, pois o mundo passava a ser definido pela instantaneidade e pelo relativismo.

O problema do relativismo em história consiste no fato de que os acontecimentos passam a serem interpretados somente como pontos de vista, isso contribui para o fomento da negação da história a partir da premissa de que não existem nem vencedores e nem vencidos. Não existindo mais nem centro e nem periferia. Nesse sentido, o relativismo tornar-se um dique de contenção para as lutas sociais e, por extensão, “não podemos chegar as raízes dos muitos poderes que nos oprimem” (WOOD, 2000, p.50). Corroborando-se com o historiador Britânico Eric Hobsbawm (2010, p. 08/09), entende-se:

Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas e não o contrário. (...). Na verdade, poucos relativistas estão à altura plena de suas convicções, pelo menos quando se trata de responder, por exemplo, se o Holocausto de Hitler aconteceu ou não. Porém, seja como for o relativismo não fará na história nada além do que faz nos tribunais. Se o acusado em um processo por assassinato é ou não culpado, depende da avaliação da velha evidencia positivista, desde que se disponha de tal evidencia. Qualquer leitor inocente que se encontra no banco dos réus fará bem em recorrer a ela. São os advogados dos culpados que recorrem as linhas pós-modernas de defesa.

Olhar relativista que consideramos preocupante, haja vista que no Brasil tem se manifestado nos últimos anos alguns discursos negando a existência da tortura, do estado de exceção a época dos militares no poder no interstício de 1964 a 1965, também a negação da existência do modo de produção escravo e que não tivemos ditadura militar, dentre outros revisionismos. Dessa forma, em oposição ao relativismo pós-moderno, devemos olhar para a história e a termos como referência concreta para as ações desenvolvidas pelos homens, embora:

Os historiadores não fazem, nem guiam a história. Sua participação é tão pequena que chega a ser quase nula. Mas, se não aprendessem nada com a história, suas atividades não passariam de um floreio cultural ou de um passamento agradável, e seriam inócuas nesses tempos conturbados (WILLIAMS, 2012, p. 287).

Passagem essa de Eric Williams escrita nos anos de 1940 no calor das lutas de emancipação política de Trinidad Tobago⁹ e que continuam bastante atualíssimas para a contemporaneidade, haja vista que Williams concebe a história como forma de ensinamento a partir dos conhecimentos sobre o passado. Em se tratando da antiga colônia, o desejo naquele momento era o de quebrar/romper com velhas amarras do colonialismo. Relação entre história e passado desenvolvida por Eric Williams que se aproxima bastante do que havia sido escrito na década anterior, só que na Alemanha pelo filósofo de origem judaica chamado de Walter Benjamin, precisamente, em seu artigo intitulado: *Teses sobre a História*.

Walter Benjamin, pensador associado ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt¹⁰, também fornece grandes contribuições para esse debate, sobretudo, apontando para importância que o passado possui para os homens. Em outras palavras, não podemos esquecer as atrocidades cometidas contra a humanidade e entender que a consolidação do capitalismo e da sociedade burguesa não foram fenômenos de ordem natural, mas sim, construídas a partir de contradições e disputas sempre localizadas na história, uma vez que foram construídas por sujeitos reais e concretos. Diante disso, o passado torna-se um elemento primordial para o ensinamento da

⁹ Localizada na região do Caribe e que conseguiu conquistar sua emancipação política do Reino Unido em 1962. Convém salientar que o período Pós- Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcado entre outras características pelo processo de lutas por soberania e, por conseguinte, pelos embates em torno da descolonização de várias regiões do planeta – na América Caribenha, na África e na Ásia – que tinham sofrido com o colonialismo do século XIX que, por sua vez, havia sido uma das resultantes da expansão do capitalismo a partir da premissa imperialista.

¹⁰ Fundado em 1923 por Felix Weil – jovem pensador influenciado pelas teorias de Karl Marx – na cidade de Frankfurt na Alemanha. O instituto teve um papel importante ao fundar uma concepção mais heterodoxa de marxismo a partir do diálogo dos textos de Marx com outros pensadores, tais como: Sigmund Freud.

História. No caso, de Benjamin, o autor se mostrava preocupado com a situação da Alemanha, após a 1ª Guerra Mundial, em especial, a tomada do poder por Adolf Hitler e na sequência a supressão da República de Weimar e a instalação do Estado de Exceção. Nesse cenário, Benjamin (2011, p. 224), alerta-nos que:

Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se as classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem como o salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador também convencido de que os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Nesse trecho, percebe-se a influência de Karl Marx, sobretudo, do seu trabalho intitulado: *O dezoito de Brumário de Louis Napoleão*, sobre Walter Benjamin. Na obra em questão Marx frisa como a memória de Napoleão Bonaparte foi importante para o apoio que os camponeses deram ao golpe de Estado orquestrado por Louis Napoleão, sobrinho de Bonaparte, em 1851¹¹ na França. No tocante a relação memória e história, Marx (2002, p.10), sublinha:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos [...] os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os

¹¹ “Embora, Marx não tenha sido um estudioso de questões referentes a memória (nem poderia ser), pode-se interpretar que este pensador estava se referindo ao fato de que a história é construída sempre pelo social, não pelo homem isolado. (...). Portanto, Louis Napoleão, a quem Marx considerava um grande idiota, somente chegou ao poder em função do nome que carregava e por isso os camponeses – que idealizavam a figura de Napoleão Bonaparte – acabaram por apoiar o golpe de Estado, ironicamente, definido como o ‘novo’ dezoito de Brumário” (ARAUJO, 2012, p. 41).

espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar nesta linguagem emprestada.

Tanto Marx quanto Benjamin chamam a atenção para a importância do passado e observar como “o Messias não vem apenas como o salvador; ele também vem como o vencedor do Anticristo”. Reflexão interessante para a saída do conformismo que o discurso pós-moderno tem imprimido ao mundo contemporâneo, pois como já salientado a sensação de um presentismo constante contribui para o processo de negação da história, assim os “*mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer*”. Somente por meio do enfrentamento a esse quadro que está diante a sociedade que se poderá vislumbrar um mundo pautado na valorização das relações humanas com o homem emancipado e desenvolvendo todas as suas potencialidades.

Ainda sobre essa importância do passado para Walter Benjamin, Santos (2015, p. 70), enfatiza:

Mas o filósofo alemão vai para além da simples crítica, colocando-nos a necessidade de apreender o passado como um processo de lutas, tentando reconstruí-lo como um processo dinâmico, mas ao mesmo tempo apoderar-se dele. Apoderar-se nesse sentido significa utilizar-se dele no processo de lutas que se desenvolve no presente e está em aberto, em consonância com essa necessidade de assenhorear-se do passado em função das lutas do presente.

Diante disso, reitera-se a necessidade de criticar os argumentos pós-modernos que tem fomentado a instantaneidade, a aparência, pois para os apologistas da pós-modernidade a história deixa de ter sentido, não possuindo mais um devir, o que, por sua vez, acaba culminando para o predomínio/sedimentação de concepções individualistas típicas do modo de produção capitalista levando a morte dos princípios humanistas.

Nesse sentido, o discurso pós-moderno extremamente delineado ao longo desse texto, com sua premissa de crítica a

qualquer abordagem humanista, corresponde no plano das lutas políticas para o processo de manutenção e perpetuação do status quo, do quadro vigente, das contradições inerentes ao capitalismo. E, assim, a consolidação de um modelo de sociedade marcado pela aparência sobre a essência, da valorização das coisas em detrimento dos próprios homens.

3 Conclusão: a importância do humanismo.

A consolidação do modo de produção capitalista tem fomentado cada vez mais a sociedade individualista, consumista, de valorização das coisas em detrimento dos homens e com isso a negação de princípios humanistas. Desse modo, as abordagens teóricas preocupadas com a transformação social, passaram a serem consideradas obsoletas e não condizentes com um mundo que consideram marcados pela liquidez, no qual qualquer perspectiva humanista é considerada muitas vezes romantizada.

Nesse cenário o marxismo se tornou o principal o alvo da crítica ao projeto da modernidade, pois os apologistas da pós-modernidade afirmam que as teorias sociais não podem pensar/trabalhar com a perspectiva de transformação social ou muito menos de síntese.

Assim, no campo acadêmico o termo pós-moderno ganha força a partir da publicação do livro: *A condição pós-moderna*, no ano de 1979, do filósofo francês Jean-François Lyotard¹². Obra essa que aborda a pós-modernidade por intermédio dos aspectos culturais. Desse modo, o mundo contemporâneo é definido pelo fim das metanarrativas, da história como devir e pelo abandono de concepções que busquem a emancipação humana, pois, para

¹² Jean-François Lyotard (1924-1998) considerado como um dos principais filósofos da França a sustentar a difundir o discurso sobre a pós-modernidade.

Lyotard, o sujeito contemporâneo é bem mais complexo do que as antigas formas binárias trabalhadas pela modernidade¹³.

Entretanto, entende-se que o discurso pós-moderno não pode ser restringido somente ao aspecto acadêmico, mas sim, ao campo das relações sociais. Uma vez que para alguns defensores deste discurso não existe mais o casamento entre capital e trabalho, pois o capitalismo estaria em uma forma líquida e não mais pesada como era nos tempos fordistas¹⁴. Nesse caso, está se desconsiderando a essência do capitalismo que consiste na exploração do trabalho morto sobre o vivo ou como afirma Marx (2003, p. 271):

O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e quanto mais o suga, mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista. Como qualquer outro comprador, procura extrair o maior proveito possível do valor-de-uso de sua mercadoria.

Como já salientado, o discurso pós-moderno, sobretudo, com o entendimento da história a partir do relativismo, tem fomentando a manutenção do status quo e tentativa de contenção das lutas sociais. Entre os vários problemas dessa concepção está o fato, por exemplo, de acreditar que no conflito entre comunidades rurais e empresas imperialistas não existem nem vencedores e nem vencidos, pois tudo se trata de uma questão interpretativa. Discorda-se predominantemente deste tipo de abordagem, pois embora as interpretações sejam de fato subjetivas, entende-se que sempre partem de um fato concreto, e, nesse caso, o fato concreto são ações produzidas pelos homens sempre no tempo e espaço, ou seja, historicizadas.

¹³ Um exemplo de relações binárias é o embate entre capital e trabalho.

¹⁴ Ver BAUMAM, Zigmunt. A modernidade líquida. São Paulo: Zahar Editor, 2006.

Sobre o a importância do humanismo para o mundo contemporâneo, Araujo e Rosa (2015, p. 122), salientam:

O processo de formação de um mundo desumanizado alcançou um estágio no qual existe o risco de extinção da raça humana, proporcionada por uma possível guerra nuclear (...), pois, ainda no século XXI, conflitos foram ocasionados devido ao desenvolvimento de novas ferramentas de combates, tais como as armas químicas, e constata-se que a indústria bélica continua funcionando a todo o vapor, movimentando uma grande quantidade de capital. Destarte, era necessário o ressurgimento da tradição humanista¹⁵, como ainda o é hoje, por isso a importância de se debater as contribuições do marxismo como uma corrente humanista para a transformação social.

Sendo assim, a filosofia marxista de valorização do homem e transformação social, constitui-se numa ferramenta primordial para o enfrentamento do capitalismo e seu processo de exploração dos homens pelos homens. A partir do desmascaramento dos discursos pós-modernos a favor do modo de produção capitalista que tem proliferado a ideia de que as lutas sociais são coisas do passado, não existindo mais vencedores e nem vencidos e tudo não passando de uma questão interpretativa. A concepção materialista da história nos ajudará a enfrentar a negação do passado e nos evidenciará que o quadro atual que nos encontramos é resultante de situações concretas construídas pelos homens, os únicos sujeitos sociais do processo histórico.

Por fim, conforme Karl Marx e Walter Benjamin devemos observar os retrovisores fornecidos pela história para que possamos enfrentar esse mundo pautado na valorização das coisas em

¹⁵ O humanismo surgiu sempre como reação contra a ameaça a humanidade; na Renascença, contra a ameaça do fanatismo religioso; no iluminismo, contra o nacionalismo extremo e contra a escravização do homem pela máquina e pelos interesses econômicos. O redespertar do humanismo constitui, hoje, uma nova reação contra esta última ameaça numa forma mais intensa - o temor de que o homem venha a tornar-se escravo das coisas e prisioneiro das circunstâncias que ele próprio criou - e contra a ameaça inteiramente nova a existência física da humanidade por meio das armas nucleares. (FROMM, 1976, p. 08).

detrimento dos homens, da aparência sobre a essência, pois só assim poderemos construir um mundo de fato humanizado.

Referências

ARAUJO, Marcelo de Sousa & ROSA, Ruan Claudio. **Marxismo e humanismo: estratégias para enfrentar a pós-modernidade**. In: ARAUJO, Marcelo de Sousa & SOUSA, Baltazar Macaíba de (Org). **Afinidades Marxistas**. São Luís: Café e Lápis, 2015.

ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)**. São Luís: UFMA, 2012 (Dissertação de mestrado).

BAUMAN, Zigmunt. **A modernidade líquida**. São Paulo: Zahar Editor, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyora, 1996.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a História**. In: **Obras escolhidas: magia e técnica/ arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura (Volume 2)**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FROMM, Eric. **Introdução**. In: FROMM, Eric. **Humanismo Socialista**. Lisboa: Edições 70, 1976.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Saraiva Editora, 2000.

MARX, Karl. **Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O Trabalho Alienado**. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **O Capital: Crítica da economia política. (Livro 1: O Processo de Produção do Capital)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Rafael Aguiar dos. **O Materialismo Histórico e Dialético, Teoria e a Narrativa da História Hoje: Uma análise epistemológica**. In: ARAUJO, Marcelo de Sousa & SOUSA, Baltazar Macaíba de (Org). **Afinidades Marxistas**. São Luís: Café e Lápis, 2015.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOOD, Elen Meiksins. **Em Defesa da História: Marxismo e Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

Conservadorismo e neoconservadorismo na atual conjuntura socioeconômica

*Tatiane Nogueira Santos*¹

1. Introdução

É pela categoria da contradição que se analisa e reconhece a realidade na sua totalidade, a qual refere-se a vida cotidiana: diante do trabalho, na família, no indivíduo subjetivo e no âmbito social. E são essas expressões que o sujeito profissional (assistentes sociais), deve compreender e apreender para construir uma análise mais crítica e objetiva do sujeito individual e social. Diante dessas contradições, vivenciadas pelos sujeitos sociais, que perpassa o “cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO. 2005. p. 77).

O profissional, assistente social, a partir do marco histórico que se insere o Movimento de Reconceituação Latino Americano (1965), apresentou-se, historicamente, inserido no contexto de muitas efervências sociais, econômica e também o Golpe Militar de 1964 no contexto brasileiro, levando, significativamente, algumas transformações no “interior da profissão”, o qual lançou-se questionamento acerca da atuação profissional. Vale acrescentar

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social. E-mail: tatiane.nsantos91@gmail.com

que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social “[...] tem como objetivo no interior da profissão, desenvolver propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. (DEUS; SANTOS, 2018, p. 5 apud SILVA, 1995).

Este processo, paulatinamente, levou ao seu amadurecimento sob viés da negação e ruptura com o conservadorismo. É importante salientar, segundo Deus; Santos (2018), o movimento teve vários pontos de partida, aqui no Brasil, ocorreu no período da ditadura militar, em que o Estado passou a ser responsável por controlar a relação capital-trabalho, mantendo, assim, um verdadeiro controle coercitivo.

Foi a partir da dimensão ético-política da profissão e o rompimento com o conservadorismo, que levou a profissão ao amadurecimento e compromisso com a massa da população mais vulnerável, já que com esta dimensão, o Serviço Social começa a ser a favor a equidade, levantando a “bandeira” da justiça social, tendo por aporte teórico marxista, na luta a favor a universalidade dos direitos sociais e também a ampliação e consolidação da cidadania (NETTO, 2017). O Serviço Social concretiza, neste ponto, as dimensões teórico-metodológico-técnico-operativo-ético-político e assim, assumindo sua dimensão social sob a égide do seu projeto profissional.

O Serviço Social como profissão regulamentada, estando inserida no processo das relações sociais e dentro da divisão sócio técnica do trabalho, constitui uma profissão que atua na viabilização dos direitos da demanda social através das políticas sociais. “Trata-se, pois, de demandas profissionais que desafiam os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas” (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Com base nestas observações, este artigo propõe discutir sobre o conservadorismo e o neoconservadorismo no atual momento, salientando para atuação do assistente social. Logo, para elaborar esta discussão, foi de fundamental importância, estabelecer algumas categorias de análise, desse modo, extraíndo o entendimento e compreensão, por isso, perpassa a análise: trabalho, dimensões do trabalho do Assistente Social, conservadorismo, neoconservadorismo, contemporaneidade, socioeconômico. Fez-se necessário buscar na pesquisa bibliográfica o apoio primordial para a elaboração deste artigo. Além disso, resgatou-se o método de pesquisa, o materialismo histórico-dialético, para entender a realidade social e sua dinâmica, que possui múltiplas concepções.

Desse modo, este trabalho está dividido em três capítulos, no qual o segundo aborda sobre resgate histórico do sistema econômico do século XX e o seu (des)dobramento; no terceiro, analisa-se o Código de Ética do Assistente Social diante da atuação profissional e o seu projeto ético-político diante da atual conjuntura, e por fim, o último capítulo, tece algumas considerações finais a respeito do trabalho.

2. Reflexões sobre o conservadorismo e neoconservadorismo: aspectos socioeconômicos

A perspectiva socioeconômica vem refletindo as dimensões contraditórias das relações sociais dentro do mundo do trabalho e para além desta. Atualmente vivencia-se os diferentes projetos societários, que permeiam ainda na luta de classe. Diante desse processo é perceptivo que o trabalho, como categoria fundante da sociabilidade, já em meados do século XX, se mostra como mediação e contradição dessas relações, uma vez que o trabalho “[...] consolidou a cultura dos povos [...] assumindo, por fim, no âmbito da sociedade atual, o papel central na constituição das classes sociais que a compõe, sendo que no interior destas, está a base da formação da identidade de seus indivíduos.” (PINTO, 2010, p. 9).

Neste processo, trata-se de evidenciar, de acordo com Pinto (2010, p. 16), um sistema econômico baseado na organização do trabalho “[...] incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classe aí envolvidos, especialmente após as primeiras revoluções industriais, do século 18 em diante”. Dentro dessa organização, analisa-se a produção e reprodução das relações econômicas e sociais, estando intrinsecamente ligada ao contexto histórico e dialético da sociedade, nesse ponto, o Estado gesta e faz as devidas articulações e intervenções sociais, voltados a implantação e implementação das políticas públicas, como aponta a autora Raichelis (2010, p. 754), “as políticas sociais como mediação fundamental da ação do Estado, viabilizam uma intervenção continuada e estratégica sobre as sequelas da ‘questão social’ [...]”, esta sendo todas as expressões das desigualdades sociais que emergiram a partir da acirramento do conflito (capital X trabalho), emergindo diante do capitalismo monopolista, e ressaltado ainda, dentro dessa lógica, soma-se também como produto da exploração desmedida da força de trabalho da classe trabalhadora.

Então, é a partir do contexto sócio-histórico do século XX, que se analisa as perspectivas e os (des)dobramentos de uma lógica econômica que vem pregar “o individualismo”, a “reestruturação produtiva”, o “trabalho polivalente”, a “terceirização com apoio para a privatização do bem público”, a “flexibilização do trabalho e das ações estatais”, o “sistema *just-in-time*” (PINTO, 2010), trazendo para esse jogo de interesse capitalista, a semente para o surgimento da ideologia neoliberal, que bate nas nossas portas contemporaneamente com propósito de adentrar e incutir socioeconomicamente a exploração desmedida do trabalhador assalariado, que permanece incluso no “exército de reserva” e no “desemprego estrutural”. Como diz Raichellis (2010), o capitalismo contemporâneo produz trabalhadores flexíveis, informalizados, pauperizados, precarizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva.

Esta dinâmica de precarização social e privatização do bem público, no contexto brasileiro, iniciou-se a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois:

[...] Ao ser incorporado pelas economias periféricas, novamente na forma de ‘modelo’ de desenvolvimento político, econômico e social, tal regime resultou num agravamento das crises econômicas e sociais preexistentes. No Brasil, por exemplo, culminou numa implantação vasta e profunda da doutrina neoliberal no Estado na década de 1990, a qual persiste até os dias atuais, impondo: à classe trabalhadora, de um lado, a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural; ao empresariado nacional, de outro, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, como manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetaristas, ditadas por organismo de controle financeiros internacionais. (PINTO, 2010, p. 52).

Diante dessa conjuntura, a centralidade da análise sobre o conservadorismo, de acordo com Lopes (2016, p. 242-243), se apresenta a partir da compreensão do profundo processo global diante da particularidade socioeconômica inserida na “[...] reestruturação das relações de produção e de trabalho, orientado pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro, o capital rentista, no qual as condições objetivas e subjetivas da luta de classes, das lutas sociais foram profundamente metamorfoseadas”. Nesse sentido, os (re)ajustes neoliberais permeados pelas privatizações e mercantilizações das áreas de educação, previdência privada e a saúde entre outras, vem apenas cumprir o que foi imposto pelo *Consenso de Washigton* (1989) e o Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), demonstrando, assim, o desmonte dos dias atuais das políticas públicas e sociais, assim, (des)responsabilizando o Estado pela sua gestão, implantação e implementação dos serviços públicos e estatais como preconiza a Constituição Federal de 1988. O que reafirma, assim, “no caso da economia, este movimento de ajuste

neoliberal inicia-se com a desregulação e flexibilização das relações de trabalho, e pela redução e privatização dos sistemas de seguridade social.” (SGUISSARDI, 2015, p. 873).

Diante do exposto é necessário, compreender que:

Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, e pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a *partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital gigantesco **processo de contra-reforma(as)**, destinado à supressão ou redução de diretos e garantias sociais.* (NETTO; BRAZ, 2010, p. 227, grifo dos autores).

A influência conservadora, como bem vem dizer autora Iamamoto, não é apenas uma continuidade ou persistência no campo das ideias ou no imaginário das heranças intelectuais da Europa do século XIX ao XX, no entanto, permanece nas ideias ‘reinterpretadas’, transmutadas sob ótica de um projeto societário favorável sempre a manutenção da ordem capitalista vigente, ou seja, manutenção da ‘burguesia’, dos grandes empresariados e/ou latifundiários. (IAMAMOTO, 1999).

No entanto, a luta da classe trabalhadora e o pluralismo dos movimentos sociais brasileiros, desde da ditadura militar até os dias de hoje, vem em contramão e de contrapartida a esse sistema socioeconômico, tendo por concepção de que é necessário um Estado Democrático de Direito, que precisa universalizar, de forma integral e equidade, tendo a participação social para que os governos federais e municipais possam assegurar a inclusão e o desenvolvimento social. Isso só pode ser possível a partir da intervenção Estatal por meio das políticas sociais, programas e

serviços públicos, para que assim, se possa reduzir as desigualdades sociais – ou seja, diminuir as sequelas da questão social.

Por isso, as políticas sociais, de acordo com princípios e diretrizes, tipificam que o governo deve regular as atividades econômicas de interesse públicos e efetivar os direitos sociais efetivados nas legislações e regulamentações. No entanto, o Brasil, ao enfrentar o Golpe de 2016, recebeu profundas desmobilização com o governo Temer, acabando-se de implodir algumas reformas, como pode ser exemplificado, na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), além do desmonte da educação superior, que vem demonstrar a retirada de alguns programas e projetos e redução de financiamento, concluindo que não houve uma ampliação e sim restrição.

Portanto, contemporaneamente, os obstáculos a serem enfrentados na atual conjuntura estar em combater o neoconservadorismo, “estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social [...]”, acrescenta-se que “estão todos convidados a pensar as mudanças que vêm afetando o mundo da produção, a esfera do Estado e das políticas públicas [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 18-19).

Desse modo, o que se aponta é:

Posterior às conquistas e avanços sobre o conservadorismo [e a derrota do nazi-fascismo] [...] [o atual momento] permeada pelo pós-modernismo, com aparência libertária e inovadora, marcada pelo neoconservadorismo, ela reforça a estratégia burguesa, nega o trabalho como categoria fundante do ser social e central para fazer uma análise das relações sociais.

Aqui, o que vale é a busca da felicidade individual por meio de satisfação dos desejos, com isso:

O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são medidas

moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com suas diferenças. (BARROCO, 2011, p. 209, grifo da autora)

Esse modelo consiste numa forma rígida de organização da produção e intervenção do Estado na vida econômica, contribuindo com o neoliberalismo. Assim, além de negar a razão e o trabalho como fundamento do ser social, como já situado, ela nega a luta de classe, o que contribui para (re) mascarar a determinação central das desigualdades sociais e da contradição entre capital/trabalho. (DEUS; SANTOS, 2018, p.10)

O trabalho, como categoria de análise situa-se que “para o capitalismo o trabalho é meio e fim; para o operário, preso a essa noção ideológica, o trabalho é meio de libertar-se e não apenas de exploração” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 164), o qual se delinea como forma de compreensão fundamental da sociabilidade humana e ainda permeada pela dimensão teleológica. É a partir das tradições marxistas, esta por ser uma corrente filosófica que a 200 anos atrás foi pensada com aporte teórico crítico-analítico sobre a sociedade daquela época, no entanto, se mostra tão atual, pois se debruça em entender a realidade social na sua totalidade, complexa e dinâmica, contraditória e analisada de uma forma categoricamente, juntamente, diante dos processos de trabalho, historicidade, cultural, social e econômico, em que perpassa a constituição do ser social, sendo, assim, importante difusão das lutas e emancipação da classe trabalhadora. Finalizamos com a célebre frase de Karl Marx “trabalhadores do mundo, uni-vos!”

3. O código de ética do assistente social: uma análise sobre a atuação profissional

Traçar uma análise do Código de Ética do Assistente Social torna-se um meio relevante socialmente para categoria profissional bem como para os organismos sociais, no entanto, para que haja apreensão desse conteúdo, neste texto far-se-á uma breve

contextualização do trabalho do assistente social, para que assim, possamos pontuar alguns fundamentos e valores importantes do Código de Ética do Assistente Social, que foi efetivado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

Portanto, a contribuição deste texto é de proporcionar um entendimento da atuação do assistente social que amplie os direitos humanos dentro da conjuntura social e atual, bem como, construir uma atuação para além da aparência, no intuito de “romper com uma visão endógena, focalista” das políticas públicas. (IAMAMOTO, 1998, p. 17).

Nessa perspectiva, observa-se que os vários espaços de atuação do assistente social exigem reconhecer as legislações vigentes, e principalmente o seu Código de Ética, com objetivo de ocasionar a reflexão do momento histórico que se insere o seu trabalho. Dentro dessa dinâmica, o assistente social busca romper com o clientelismo, politicismo, voluntarismo e o conservadorismo.

Historicamente, isso só foi possível acontecer pela construção do projeto ético-político da profissão ocorrido na década de 1970 a 1980, como já foi pontuando anteriormente. Naquele período marca-se a recusa do conservadorismo da profissão, emergindo, assim, o projeto societário em que implicará o compromisso com a classe trabalhadora.

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade com valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intrínseca dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente, o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 2017, p. 15-16)

No tocante da questão social, que é objeto/matéria-prima da intervenção do assistente social, vem demandar ao profissional uma análise totalizante do contexto social, nesse sentido, identificando os determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais, ou seja, uma leitura crítica da realidade, a partir dessa apreensão que a atuação do assistente social ocorrerá a defesa dos direitos da classe subalternizada.

O agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais públicos [...]. Trata-se de uma dinâmica societária que atinge diferentes profissionais, e também o Serviço Social, que tem nas políticas sociais um campo de intervenção privilegiado. (RAICHELIS, 2010, p. 754)

Cabe destacar que o trabalho do assistente social na contemporaneidade vem articular conhecimento e luta. E dentro dos vários espaços ocupacionais, objetivam-se as competências e atribuições privativas, no qual há o reconhecimento das legislações legais, bem como os estatutos, e projeto ético-político. Sem esquecer, que é necessário tomar posse dos referenciais técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico da profissão.

Vale destacar, o papel para consolidação da Política de Assistência Social, e o trabalho do assistente social dentro desta área, pois ela prevê direitos socioassistenciais, como direito de cidadania, e não como caridade, ou benemerência, uma dinâmica totalmente diferente observada a partir das primeiras² políticas sociais assistencialistas. Contudo, o contexto brasileiro foi se modificando com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência

² As primeiras legislações² que regulamentaram algumas ações de proteção social para os pobres e/ou pessoas em situação de rua ocorreu com o desenvolvimento das Leis dos Pobres – a primeira Lei datada de 1388, na Inglaterra, conhecida como “*Poor Law Act*”. As legislações aqui tratadas, todas elas surgiram na Inglaterra por volta do século XIV. (SANTOS, 2015, p. 17)

Social (LOAS), e dentre outras regulamentações cuja “[...] Assistência Social passou a integrar o Sistema de Proteção Social Brasileiro como política de seguridade [...] assegurou a primazia da responsabilidade estatal para a consolidação da política pelos entes federados, baseados no pacto federativo e no controle social.” (MIRANDA, et. al, 2015, p. 2).

Entretanto, atualmente, com o neoconservadorismo diante da atual conjuntura social e econômica, o que se observa, que esta política, parte do tripé da Seguridade Social – Saúde, Assistência Social e Previdência Social – vem sofrendo com o desmantelamento do sistema de proteção social, logo, a Assistência Social que ganhou “[...] aprimoramentos significativos e arranjos institucionais, bem como pela ampliação de programas, benefícios e serviços, deixando para trás as iniciativas pulverizadas, voluntaristas e filantrópicas que caracterizavam a área em passado não muito distante.” (BRASIL, 2014, p. 16). No entanto, no momento presente, com o governo de Temer (2016-dias atuais), há vários rebatimentos e o desmonte desta política, o que faz com que profissional, esteja na linha de frente na luta e na sua defesa perante ao mercado.

Essa retomada constitui uma:

A realidade concreta está trazendo de volta, mesmo entre os menos propensos, palavras como classes, luta de classes, capitalismo, imperialismo e mesmo revolução, esta última saindo das metáforas no marketing e da técnica científica para voltar à política. Com efeito, qual outra conceitualização que não a de Marx poderia permitir a compreensão do presente? (LABICA, 2009, p. 73)

Nessa lógica, atuação do profissional de Serviço Social vem organizar e mobilizar a classe trabalhadora. Lutar pelo direito social é o processo de construção coletiva, nesse âmbito o Serviço Social constitui um campo de resgate do protagonismo social, transformando o usuário em sujeitos potenciais. Nisto, a capacidade crítica e interpretativa da realidade em sua atuação é ponte para o

embasamento do profissional, criando estratégias e ações para dá respostas aos sujeitos sociais.

Assumindo sua dimensão social e despojando-se de pensamentos corporativistas, a prática social emancipada, livre da alienação, deve fortalecer-se cada vez mais, não só através da maior coesão da categoria profissional, mas também através de sólidas e consistentes alianças com as classes populares, com outras categorias profissionais e com todos os segmentos sociais cuja prática contenha um firme desejo revolucionário (MARTINELLI. M. L. 2005. p. 151).

É a partir do seu Código de Ética Profissional, que perpassa um conjunto de princípios, deveres, direitos que orientam o trabalho/atuação do assistente social, tendo por base teórica no Marxismo. Nesse sentido, o assistente social tem no seu Código de Ética o horizonte para o seu exercício profissional, centra-se a um caminho a ser seguido, ou seja, a direção ética-política a ser vista voltando sempre para liberdade, autonomia, emancipação e expansão dos sujeitos, assim, reconhecendo sempre a população como sujeitos de direitos e como preconiza os princípios deste Código, o que veremos mais adiante. Tendo por uma postura democrática, vinculada na luta pelos Direitos Humanos, nessa perspectiva, é necessário conhecer quais as demandas institucionais, a realidade em que atua, para encontrar alternativas, sempre rompendo com o pragmatismo e as atividades rotineiras e imediatistas que o cotidiano impõem ao seu trabalho. Vale ressaltar que:

A rotina cotidiana oculta diferentes faces do desrespeito sofrido pelos usuários nas triagens, nas entrevistas, nas idas e vindas em várias instituições, até ser atendido [...]. Muitas das vezes, mergulhado na rotina institucional, o profissional não percebe que está impedindo, ou limitando o acesso aos direitos, de forma direta ou indireta. (CFESS, 2012, p. 80-81)

Qual a importância de delinear o Código de Ética do Assistente Social? É de reconhecer os princípios do Código de Ética no que tange a defesa intransigente dos direitos humanos e a ampliação e consolidação da cidadania, tendo por vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Portanto, o trabalho do assistente social tende a ser essencial, não só para defesa dos direitos humanos, quanto também para a sua efetivação. Logo, é necessário demonstrar essas particularidades, no que tange os princípios centrais do Código de Ética, em que se enquadra uma visão ideológica, trazendo para atualidade sua essência e primazia.

Diante disso, são princípios fundamentais para atuação do profissional (Id., *Ibid.*, 121-131): a) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; b) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; c) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; d) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; e) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; f) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; g) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; h) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; i) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios desde Código e com a luta geral dos trabalhadores; j)

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; k) Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condições física.

Estes princípios estabelecem parâmetros para o trabalho, contribuindo também para o processo de ruptura do conservadorismo profissional, que se fez presente Códigos anteriores (1947, 1965, 1975 e 1986). Naquele tempo ainda se imperava o autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário e ausência de base técnica que marca atuação das primeiras assistentes sociais (primeiras damas da caridade). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Contemporaneamente, de acordo com Iamamoto (2014, p. 20, grifo da autora) “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos*,” no qual (re)afirma a construção de um “profissional *propositivo e não só executivo*”.

Nesse ínterim, Assistente Social vai atuar:

no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos a saúde, moradia, educação, relações Familiares, infra-estrutura urbana etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais do cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto produto histórico e enquanto vivência pelos sujeitos, ele é aqui aprendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2005. p. 114)

Neste entendimento vale ressaltar também alguns deveres e direitos específicos que estão inseridos na Lei de Regulamentação nº 8.662/93. Demonstra-se que é direito do assistente social: a garantia

e defesa de sua atribuição e prerrogativa; livre exercício profissional; inviolabilidade do local de trabalho (sempre efetivar o sigilo profissional); ampla autonomia no exercício profissional (não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com o Serviço Social). No que integra os deveres da profissão, devem: desempenhar suas atividades com eficiência e responsabilidade (sempre se apoiando nas legislações em vigor); abster de prática que possua censura, cerceamento da liberdade.

Acrescenta-se também para entendimento dos deveres do assistente social para com o usuário: viabilizar a participação do usuário nas decisões institucionais; garantir informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações (respeitando sempre as decisões dos usuários); democratizar as informações e acesso programas disponíveis pela instituição; fornecer ao usuário, quando solicitado, informações do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social; criar mecanismo para desburocratizar os serviços, com intuito de agilizar e melhorar a prestação deste; sempre esclarecer os usuários, ao iniciar o trabalho, sobre objetivo da atuação profissional.

Para finalizar essa análise é de suma importância, também compreender os deveres do assistente social para com os outros profissionais. Nesta apreensão, os deveres do assistente social são: ser solidário, no entanto, sempre observar casos que contrariem a efetivação do Código Ética; repassar para seu substituto as informações necessárias para dar continuidade do trabalho; mobilizar a autoridade funcional para que os subordinados sejam liberados para fins de estudo e pesquisa, que visem aprimoramento; incentivar prática profissional interdisciplinar, respeitar as normas e princípios éticos dos outros profissionais; e quando necessário realizar crítica construtiva ao colega e outros profissionais do âmbito institucional.

Nesse aspecto, o trabalho do assistente social, no momento atual, vem articular conhecimento e luta e dentro dos vários espaços ocupacionais, objetivam-se as competências e atribuições privativas,

havendo o reconhecimento das legislações legais, bem como os estatutos e projeto ético-político.

Esse arsenal de conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do qual o assistente social precisa apropriar-se no seu âmbito de atuação profissional varia, desde os considerados específicos, decorrente da área de Serviço Social propriamente dita, como também apropriações sobre legislações (principalmente a relativa à legislação social voltada para a criança e adolescentes – ECA; idoso – Estatuto do Idoso; SUS – Sistema Único de Saúde; Loas – Lei Orgânica de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social – Suas; Suas/RH; Política Nacional de Pessoas Portadoras de Deficiência – PPD; Lei de Diretrizes e Bases – Ldf,c ,DB); políticas sociais, conhecimento e habilidade de trabalhar em equipes, interfaces com poder público local, articulação de redes e com instâncias locais diversas, o que requer, além da formação generalista, apropriações aprofundadas dependendo da inserção sócio-ocupacional (FRAGA, 2010, p. 47).

Além disso, a capacidade crítica e interpretativa da realidade na sua atuação é ponte para o embasamento do profissional, nesse sentido, cria-se estratégias e ações para dá respostas aos sujeitos sociais. Portanto, é a partir do seu Código de Ética, tendo por um conjunto de princípios, deveres, direitos já citado anteriormente, que vai orientar o trabalho/atuação do assistente social. É necessário, de antemão, ressaltar que este projeto ético-político estar no horizonte pela busca da eliminação dos preconceitos, estigmas e discriminação, tornando-se um caminho a ser seguido, ou seja, a direção ética-política a ser perseguida, contribuindo para emancipação da classe trabalhadora e sujeitos mais “vulneráveis”.

4. Conclusão

Neste trabalho apresentou-se uma relevante e contribuição para a compreensão do conservadorismo, numa visão socioeconômica, discutida amplamente pelo Serviço Social. O entendimento do neoconservadorismo que se apresenta no atual

momento, vestido pela capa do “neoliberalismo”, que vem negar e desmobilizando a luta da classe trabalhadora, como também dos movimentos sociais, e minimizando/reduzindo os direitos sociais já conquistados. É a partir dessa compreensão, que o objeto de estudo se evidenciou. Nessa perspectiva, nota-se que a real necessidade da atuação do assistente social estar na defesa dos direitos humanos e contra o conservadorismo/neoconservadorismo.

Destaca-se ainda que o trabalho do Serviço Social, dentro da conjuntura atual, perpassa por um leque de arcabouço teórico crítico com aporte marxista, pois é a partir deste, que se busca a compreensão da totalidade dos fatos sociais inserido em uma dinâmica socioeconômica, sociocultural e sociopolítica, que propicia entender que atuação vai além do tecnicismo, do pragmático e da ação rotineira, estando interligado no arcabouço sob viés ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, dando sustentação ao Serviço Social para que possa executar, organizar e dá sentido ao trabalho (teleológico) e, assim, dando resolução dos problemas mais imediatos.

Enfatiza-se que é por meio do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da profissão, que o profissional reforça e apropria-se e “funda-se na concepção ontológica social com aporte marxista com uma direção teórica-prática”(DEUS, SANTOS, 2018, p. 8). Processo este que articula vários conhecimentos para compreender e contribuir para a redução das desigualdade visando o protagonismo social, numa perspectiva em prol a liberdade, autonomia e emancipação dos sujeitos sociais. A partir destas observações, é necessário deixar claro que é necessário fazer “*link*” com a teoria e o trabalho, para que assim, a atuação profissional tenha o reconhecimento do seu projeto profissional que emana um projeto que consolide o posicionamento ético e político.

Dessa forma, o conservadorismo/neoconservadorismo deve ser visto a partir da *premissa* socioeconômica de âmbito mais geral e com suas particularidades diante dos contextos históricos,

ênfatisa-se que ele deve ser combatido. E concluo com uma fala de Reinaldo Pontes, o qual diz:

“A dura realidade social que se apresenta aos nossos olhos inquietos é desafiante, seja pela sua crescente complexidade, seja pelas amargas contradições que se traduzem, em síntese, na desigualdade que a desumaniza. Diante disso, duas grandes veredas se apresentam aos sujeitos sociais (profissionais ou não): o enfrentamento ou a diferença (tão em voga sob a capa da liberdade individual). No caso dos assistentes sociais esse dilema parece soar mais contundente, pois que não podem pretextar ignorância, já que a realidade com que o cotidianamente trabalham os está pressionando a tomar um posicionamento.”

Referências

- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2013**: análise dos componentes sistêmicos da PNAS. Brasília: [s.n.], 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- DEUS, Darlene de Jesus Silva de; SANTOS, Tatiane Nogueira. **O projeto Ético-Político na luta contra o conservadorismo e o neoconservadorismo**. In: 1ª Conferência Gramsci, Marx e Marxismo. São Luís: UFMA, 2018.
- FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 101, p. 40-64, jan./mar, 2010.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez, 1999, 2014.
- IAMAMOTO, M. Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed.a São Paulo: Cortez; Lima Peru: CELATS, 2005.
- LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- LOPES, Josefa Batista. **50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina**: a construção da alternativa crítica e a resistência contra avanço do conservadorismo. Rev. Pol. Públ., São Luís, V.20, N. 1, p. 237-257, jan./jun. 2016.
- MARTINELLI, M. Lúcia. Serviço Social: Rompendo com a alienação. In: **Serviço Social: Identidade e alienação**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MIRANDA, et. al. Configuração e contextualização da Política de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS): aspectos relevantes para a compreensão da formação e capacitação do SUAS. (Anais) UFMA: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015.
- NETTO, JOSÉ PAULO. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDFo3/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em: 07/03/2017
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Neoliberalismo: o capital sem controles sociais mínimos. In: **Economia Política**: uma introdução crítica. Biblioteca Básica do Serviço Social. 2010.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104. out./dez. 2010.
- SANTOS, Tatiane Nogueira. **Os Centros Pop em São Luís (MA) e o Trabalho do assistente social**: avanços e desafios. Monografia – UFMA: São Luís, 2015.
- SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior. Democratização ou massificação mercantil?** Rev. Educ. Soc. Campinas, V.36, n. 133, p.867-889, out./dez, 2015.

Novos padrões de riqueza e as transformações da opulência em São Luís Oitocentista

Yara Cristine Soares Santos¹

Introdução

A Província do Maranhão foi marcada por novas transformações no século XIX, tanto no meio econômico como no meio social e cultural, e não sofreu uma perda total com a “decadência da lavoura”. O mercado agroexportador foi permeado por altos e baixos, além de não ter sido o único eixo da economia maranhense no período, pois houve uma atuação importante do mercado interno e da infraestrutura de serviços urbanos.

Este último foi reflexo da grande preocupação com a modernização do espaço urbano da capital São Luís, que além das influências europeias, também buscou se aproximar do padrão de modernização do Rio de Janeiro, capital do Império. Um período de prosperidade que traz o crescimento à São Luís, surgindo novas necessidades, e novos refinamentos àquela sociedade, que ampliava a ocupação dos terrenos urbanos.

Somado a isso, houve uma transformação da base social de São Luís, que se tornou mais complexa na segunda metade do século XIX, pois dentro do aumento populacional houve um crescimento

¹Licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão, e especializanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Email: yaracristine2011@hotmail.com.

dos livres pobres e conseqüentemente do número de habitações na cidade, além do tráfico interprovincial de escravos.

Dessa forma, busca-se analisar a modernização do espaço urbano da cidade de São Luís destacando as diferentes ações, que buscaram organizar, embelezar e disciplinar esse espaço, e que refletiram a opulência dessa sociedade oitocentista. Através da análise de dados quantitativos e qualitativos de inventários *post-mortem* juntamente com a análise dos Códigos de Posturas Municipais. Assim, abordaremos as relações estratégicas utilizadas pela sociedade para manutenção e ascensão nas estruturas de poder, destacando o investimento na educação da prole abastada na Europa e em outras Províncias do império, bem como, o reflexo da elite opulenta diante das transformações socioeconômicas no âmbito profissional, e no espaço urbano.

As estratégias de poder das elites ludovicenses no século XIX

A prosperidade da economia agroexportadora de algodão e arroz no Maranhão favoreceu o crescimento e a urbanização da cidade de São Luís. Esta tinha a maior concentração do polo comercial da antiga capitania, que se estabeleceu na área da Praia Grande, pois a comercialização da produção era realizada em seu porto, que “ligava a produção maranhense à Europa, bem como, recebia os produtos vindos do estrangeiro” (SILVA, 2008, p.18).

A região da Praia Grande, que possuía uma localização estratégica e um fluxo comercial de exportação e importação muito grande, foi uma das primeiras áreas da capital a ter um investimento para o melhoramento da sua estrutura, pois era o principal centro de comercialização da antiga capitania do Maranhão. E essa movimentação econômica incitou a instalação de um terreiro² comercial, pois, o espaço do porto já não suportava mais o

² Situado onde hoje correspondem a Rua da Estrela, Rua Portugal, Travessa Boaventura e Rua Djalma Dutra.

crescimento da produção, assim como, da população; e a área da Praia Grande era um local bastante insalubre e brejoso³, pois eram constantes as reclamações.

Além disso, o terreiro seria “uma espécie de ponto de apoio para os comerciantes, devido à necessidade de um estabelecimento para guardar e vender os gêneros que os lavradores traziam do interior do Estado” (VIEIRA, 2016, p.21). Havia essa grande necessidade porque a movimentação de chegada e saída dos gêneros era por mar; Dom Diogo de Sousa⁴ (apud VIVEIROS, 1954, p.142) enfatizou em documento de 1789, que estes gêneros, ou se danificavam com a demora nas embarcações, ou se passavam às mãos dos regatões, que os sonegavam para vendê-los por alto preço.

Segundo Sthefane Vieira (2016, p.22), o aviso de 1º de outubro de 1789 designou a construção do terreiro comercial. Em janeiro do decorrente ano houve uma recomendação da Coroa aos proprietários para que levantassem seus prédios a fim de formar uma praça regular que foi concluída em 1805, no governo de D. Antônio Saldanha Gama. Os principais produtos comercializados foram publicados no edital de 1817, assinado pelo vereador mais velho da Câmara, o capitão Joaquim José Viana.

Por este edital se conhece que aí se deviam vender frutas, peixes, aves, animais vivos ou mortos de fresco, exceto a carne de vaca, por ter o lugar do açougue, determinando-se também que só podiam andar à venda pelas ruas os doces e tudo o que fosse feito em forno, as hortaliças até as 8 horas da manhã, e logo que esta hora fosse chegada os vendedores deste gênero se recolheriam à dita praça, onde fariam assiduamente assistência (MARQUES, 2008, p.819).

³ A Praia Grande era, pois, todo o terreno desde a travessa Boa Ventura (Fluvial) até a Rua do Trapiche, onde despontavam vários olhos d’água sob frondosos juçaraís, recebendo as enxurradas vindas da Rua do Giz, um tremendo lamaçal tornado impraticável, duas vezes ao dia, nas marés crescentes, para o transporte das mercadorias recebidas do interior, quando toda a comunicação por São Luís se fazia por mar (LIMA, 2002, p.23 apud VEIGA, 2006, p.23).

⁴Capitão General do Maranhão (1799 – 1804).

Outro produto que teve sua venda estabelecida no terreiro público nesse mesmo ano, de acordo com Jerônimo de Viveiros (1954), foi a farinha, devido ao período de escassez. Assim, eram comercializados produtos de primeira necessidade.

Em 1820, o terreiro instituiu-se como um órgão público, sendo conhecida por Casa das Tulhas ou Curro (VIEIRA, 2016, p. 22). O regimento escrito no livro de registro da Câmara de 1820, que trouxe sua oficialização, determina a função da Casa e enfatiza que este espaço servia para estabelecer o preço das mercadorias, evitando o monopólio e assim os preços abusivos dos produtos:

Tendo da obrigação da Câmara o cuidado do provimento dos viveres necessários para os habitantes da terra he de necessidade que se evitem os monopolios que se costumão fazer das farinhas de paú que serve de alimento geral aos povos, e a falsificação que se uza nas medidas em gravíssimo perjuizo da pobreza (...). Aviso do 1º de outubro de 1798, e o que se deliberou camara de 22 de março e 26 de abril do presente anno, fazendo-se construir huma Caza na Praia grande para o Terreiro Público denominada a Caza das Tulhas, com acomodacoins para arrecadação, e venda das farinhas, e mais generos do paiz, que se costumão vender alqueirados, e para todos os que se vendem a pezo, na qual se examinem as qualidades para que não prejudiquem a saude publica, os pezos, e as medidas, para que não haja fraude (Registro da Casa das Tulhas, 1820-1824. Maranhão, 1 de setembro de 1820. p.1, apud VIEIRA, 2016, p. 23).

No decorrer dessas modificações, foi ganhando forma o bairro da Praia Grande. “Aterrou os pântanos, sacou os olhos d’água, roçou os mangais, beneficiou-o com dezenas e dezenas de braças de cais, dotando-lhe de trapiches como o de José Reis e Brito e cobrindo-o de sobradões de ombreiras de cantaria, de janelas de grades de ferro, e revestidos de azulejos” (VIVEIROS, 1954, p.144). Essas alterações na paisagem natural possibilitaram o desenvolvimento das construções, com a implantação dos estabelecimentos comerciais e da instalação de novos moradores: esse “local despontava como

preferido na fixação de residências de comerciantes enriquecidos e afidalgados” (VEIGA, 2006, p.26); além da atração de outras famílias, como os proprietários de terras.

A urbanização e a modernidade foram grandes aspirações das elites ludovicenses, ao longo do século XIX. Santos (1992, p.241) diferenciou a *cidade* do *urbano* explicando que a primeira é o concreto, é a materialidade visível do urbano, enquanto o segundo é o abstrato, entretanto, é o que dá sentido e natureza à cidade; ou seja, eles se interpenetram (apud SANTOS e TAVARES, 2011, p. 9). Para analisarmos as transformações dessa cidade, precisamos ir além do seu quadro físico, pois ela é constituída por intencionalidades de determinados grupos que a moldam a partir de suas vontades e interesses (SANTOS e TAVARES, 2011).

Para a ascensão e manutenção de poder da aristocracia rural e depois da burguesia, utilizaram-se de outra estratégia. Além das alianças matrimoniais – algumas até mesmo consanguíneas – houve ainda o investimento na educação dos filhos que passaram a estudar na Europa, tal estratégia foi viabilizada pela concentração de riqueza resultante do auge da economia agroexportadora. O interesse principal era a ocupação dos altos cargos da administração local, porém, esse contato com os países estrangeiros representou uma “aquisição de conhecimentos eruditos formais e morais, além de hábitos e costumes ligados ao refinamento social e cultural” (PINHEIRO, 2017, p.30), o que intensificou o processo de modernização e urbanização de São Luís.

Vale ressaltar que o governo da Província do Maranhão também investiu na educação europeia, enviando três rapazes⁵ através do Decreto Lei N° 810, de 1835:

Artigo 1° O governo da província fica autorizado a escolher três moços nascido nela, de família pobres, estudiosos, de talento e bons costumes, para estudarem onde mais conveniente for os

⁵Os três jovens foram enviados para Paris: Isidoro Francisco Meireles foi para a Escola Central de Artes e Manufaturas; Ricardo José Jauffret, Ciências Físicas e João Nunes de Campos, Medicina.

ramos de ciências naturais estabelecido nas divisões seguintes: física, química, Mineralogia, Metalurgia, Botânica e Agricultura.

Artigo 2º Cada um dos funcionários será obrigado a estudar nos ramos declarados nas três divisões do artigo antecedente, porém mais profissional e particular um deles.

Artigo 3º Nenhum candidato, à exceção dos 10 primeiros depois da execução desta lei, será admitido a pensionário sem ter os preparatórios de gramática latina, filosofia racional e moral, geometria, francês e inglês. A respeito, porém dos três primeiros deverá preferir-se os que tiverem os preparatórios acima exigidos.

Artigo 4º O governo estabelecerá a mesada dos Missionários regulando-se pelo país para onde foram estudar, com tanto, porém que não exceda a quantia de quatro centros réis anuais (PORTO, 1910, p.30 apud PINHEIRO, 2017, p. 25).

O Maranhão, de acordo com Luís Pinheiro (2017), enviou, até 1866, cerca de 12 estudantes para a Europa e América do Norte. Estes, não detinham capital econômico, mas mantinham um importante envolvimento social com outras camadas ascendentes, seja por meio de laços de parentesco, amizades ou contatos profissionais.

Segundo Luís Pinheiro (2017), para promover o desenvolvimento da província, o governo buscou, a partir dos financiamentos educacionais, suprir a falta de mão de obra especializada, nas quais foram investidas as áreas de Medicina, Engenharias, Metalurgia, Química e Ciências Agrárias, realizadas na França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Suécia e nos Estados Unidos. Porém, não houve investimento para o curso de Direito e nem foram a Portugal, que era o destino e o curso de maior preferência das elites. Ou seja, o governo provincial tinha o objetivo de formação-técnica, enquanto as elites político-econômicas concentravam-se em ingressar nas áreas respectivas às estruturas de poder político.

Essa educação europeia também proporcionou o surgimento de uma elite intelectual, que contribuiu para a formação de poetas, jornalistas, tradutores, escritores e professores; trouxe o destaque a São Luís no cenário nacional com o título de “Atenas Brasileira”. A

fundação da Biblioteca Pública⁶, em 1831; do Seminário Episcopal de Santo Antônio, em 1338; do Liceu Maranhense, em 1839; e de instituições culturais como a Associação Filomática e o Ateneu Maranhense, marcaram a primeira geração⁷ desses intelectuais. Além do surgimento e fortalecimento de uma forte imprensa, pois, segundo Jean Mérian (apud CARDOSO, 2013, p.20), em meados do século XIX, havia em São Luís várias gráficas consideradas modernas para os padrões da época, que fortaleceram e intensificaram os debates políticos, discursos de progresso sociocultural na Província, etc.

O Liceu Maranhense, instalado no Convento do Carmo, sob a direção de Sotero dos Reis, foi o primeiro colégio público para o ensino secundário. Possuía um currículo de caráter literário, concedia grau de bacharel em Letras e funcionava como um curso preparatório para que os filhos das elites pudessem ser encaminhados ao ensino superior, sendo exclusivo para o sexo masculino.

Na segunda metade do século XIX houve uma ampliação cultural incluindo-se as mulheres, quando foram criadas escolas particulares para a educação feminina na década de 1870: os Colégios de N.S. da Glória, de N.S. da Soledade, de Santa Isabel, da Sagrada Família, de Santa Ana, que ofereciam um ensino um pouco mais elevado que as escolas públicas. A preocupação daquele ensino era as “prendas de salão”⁸, onde aprenderiam línguas estrangeiras,

⁶ De acordo com Patrícia Cardoso (2013, p. 20), em 1826, foi proposta ao Conselho da Província a criação da Biblioteca Pública de São Luís, pelo Dr. ^oAntonio Pedro da Costa Ferreira – que mais tarde receberia o título honorífico de Barão de Pindaré. Em 1829, esse projeto foi aprovado e, em 1831, a Biblioteca Pública foi inaugurada nas dependências do Convento do Carmo.

⁷ Segundo Alexander Sousa (2010, p. 44), deste grupo faziam parte intelectuais como Manuel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, Trajano Galvão de Carvalho, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal, Joaquim Gomes de Souza, Joaquim de Sousa Andrade e César Marques.

⁸O ensino oferecido a essas mulheres bem como a mentalidade vigente que não aceitava uma educação para seguir uma carreira profissional, com exceção do magistério, fazia com que não pudessem sequer aspirar ingressar no ensino superior, tal como os homens após o ensino secundário. Quanto às

tocar piano, declamar versos, cantar, etiqueta de comportar-se em ocasiões sociais, com noções superficiais de conhecimentos científicos e literários (SILVA, 2008, p.29).

Segundo dados apontados por Luís Pinheiro (2017), a saída dos filhos das famílias abastadas para estudar na Universidade de Coimbra representou 70% do destino dos cento e cinco estudantes – iniciada em 1778 indo até 1868. Por outro lado, na segunda metade dos oitocentos, cresceu o número de jovens maranhenses que buscaram o ensino superior em outras províncias⁹ do Império do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo¹⁰, por meio do qual se destacaram grandes intelectuais que marcaram a segunda geração¹¹ dos Oitocentos.

Dessa forma, a busca das elites pela manutenção do poder e garantia da hegemonia através de investimentos na educação de seus filhos, no final do período colonial e início do imperial, permaneceu na segunda metade do século XIX. Naquele primeiro período, Antonia Mota (2012) destacou a movimentação da família de Lourenço Belfort:

Um ramo Familiar empenhado na educação de seus filhos foi[...] José Felix Pereira de Burgos e Ana Teresa de Jesus, quarta filha do irlandês Belfort. Este ramo da família deu origem a uma prole numerosa, dez filhos, seis deles homens; dos quais três foram mandados a Portugal para estudar: Peregrino, Honório e José Feliz,

meninas pobres, restava basicamente o ensino de primeiras letras em instituições como recolhimentos e asilos (ABRANTES apud SILVA, 2008, p. 29).

⁹Fundadas após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro: Escola de Cirurgia da Bahia, primeira instituição de ensino superior, criada em 1808; Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, reformada em 1832 e criada em 1813; Faculdade de Direito de São Paulo, criada em 1827; e Faculdade de Direito de Recife, antiga Faculdade de Direito de Olinda, criada em 1827, sendo posteriormente transferida para a capital de Pernambuco, em 1854.

¹⁰ Dentre elas, a procura maior era pela Faculdade de Direito em Recife, Régia Silva (2013) aponta que entre 1832 e 1922, trezentos e sete maranhenses passaram por esta instituição.

¹¹ Segundo Alexander Sousa (2010, p.46), alguns desses intelectuais da segunda geração tiveram projeção além das fronteiras provinciais como Celso da Cunha Magalhães, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo, Teófilo Dias Mesquita, Adelino Fontoura Chaves, José Pereira da Graça Aranha, José Ribeiro do Amaral, entre outros.

os dois primeiros formados em Letras no colégio dos Nobres e o mais velho formado em matemática e filosofia em Coimbra [...] (MOTA, 2012, p.145).

Enquanto, no segundo e terceiro quartel do século XIX, destaca-se a família da matriarca Ana Jansen como uma das mais ricas e importantes, cujos descendentes também se utilizaram dessa estratégia. Como consta nos autos de um dos inventários do nosso conjunto de análises, a apresentação do diploma de seu neto Eduardo Jansen Vieira de Mello, sexto filho de Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello¹² e Delmina Débora Jansen Viera de Mello:

Pelo suplicante lhe foi apresentado um diploma, passado pela faculdade de medicina da Faculdade da Bahia em 26 de abril, de 1884, conferindo ao mesmo suplicante o titulo de pharmacêutico. Conta-me que elle tomara por transpasse, uma farmácia a Rua Grande desta cidade, onde pretende estabelecer-se (Inventário *post mortem* de Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.).

Assim, a família procurou não só manter seu padrão de riqueza, mas emergir de suas atividades comerciais para outros setores, investindo, por exemplo, na educação de sua prole, pois, os bens avaliados no inventário de Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello equivaliam a 30:140\$200 (trinta contos e cento e quarenta mil e duzentos reis), apesar de não instáveis, estavam num patamar muito distante da fortuna de sua mãe Ana Jansen, avaliada em 128:169\$ 000 (cento e vinte e oito contos e cento e sessenta e nove mil réis).

Além disso, o diploma de Eduardo Jansen trazia um *status* social, pelo acesso a esse tipo de educação formal, que estava mais restrito às camadas altas da sociedade maranhense. Outro fator de

¹² Filho do Desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo e de Anna Joaquina Jansen Pereira (NOVAES, 2012).

destaque, é que os bens dessa família estavam entre os 10%¹³ dos inventários analisados que possuíam livros; apesar de não haver a descrição de títulos e números, foram avaliados por 50 mil réis.

Os livros foram aos poucos ampliando espaço com a modernização da imprensa e a urbanização de São Luís, com o estabelecimento de algumas livrarias que comercializavam além de livros vindos da Europa, obras locais com qualidade tipográfica. E diante do domínio da leitura e escrita das classes abastadas, acabavam tendo um maior contato com os livros; o que não era diferente dos jornais, pois eram produzidos pelas elites e direcionados a elas. Muito embora, evidentemente, as pessoas comuns também tivessem relativo acesso à imprensa escrita. O que colaborava para fortalecer esse *status* de diferenciação social, pois grande parte da população ludovicense era analfabeta.

O contato com as outras Províncias ocorria para além de uma rápida passagem de conclusão do ensino superior. Por exemplo, Raymundo José Pereira de Castro, formado em medicina, em 1871, na Faculdade de Medicina da Bahia, consolidou e manteve os seguintes bens de raiz na Província da Bahia:

Um terreno baldio com onze metros de frente na rua da graça na Bahia província da Bahia, com fundo que limita no fundo da roça inventariada, por um lado divide-se com alicerses de muro em outro terreno baldio e por outro lado com uma casa sendo os [...] mesmos da dita roça, avaliado o mesmo terreno a 40\$000 o metro.....440\$000
 Uma casa de sobrado de um andar e loja, sem numero, sita na rua da área, na barra, freguesia da Victoria, na província da Bahia, em terreno próprio com oito metros e quatorze centrimetros de frente [...]: no andar superior sala de visita, dous quartos, sala interior e janelas corridas por todos os lados, caixa de paredes dobradas as divisórias de estuque, toda forrada nas lojas os mesmos com modos do andar superior, porta de entrada pelo lado com escada para o sobrado, ladrilhado de pedras, no fundo um terraço ladrilhado de conchas com seus assentos, cosinha fora e nesta tem quartos, pateo,

¹³ Corresponde a dois inventariados.

um cômodo em separado com sete quartos, jardim de um lado com grade de ferro para a rua com seis metros e desesseis centímetros, do outro lado portas de grade de ferro até certo ponto e dahi a diante muro com quarenta e quatro metros e oitenta e oito centímetros, pequena roça com alguns arvoredos fructiferas, poço de água potável feito de alvenaria com telhas sobre pilares[...], avaliada a dita casa por.....14:000\$000
(Inventário *post mortem* de Maria Celina Magalhães Aguiar de Castro, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.)

Essa casa contava com uma boa estrutura, com jardins, poço e uma pequena roça, e por ser um sobrado possuía uma valorização maior. Em 1879 Raymundo José Pereira de Castro era residente da capital da Província do Maranhão, tendo sido casado com Marina Celina Magalhães Aguiar, que faleceu naquele mesmo ano, e teve nesse casamento dois filhos. Isso tudo reforça a ideia de que o contato interprovincial era frequente e que se estabeleceram diversas relações socioeconômicas.

Em São Luís, o entrelaçamento de relações sociais marcou principalmente os dois últimos quartéis do século XIX, quando a sociedade se tornou mais complexa. E o retorno desses jovens formados na Europa ou em outras províncias colaborou para esse processo. Pois surge uma nova classe, a elite intelectual, e várias profissões são inseridas na capital ludovicense, juntamente com os ideais modernizadores e civilizatórios. Segundo Johny de Araújo (2015, p.8), essas profissões diversificadas se organizavam numa escala descendente:

No ápice da escala estavam os juristas (juízes, advogados e procuradores), capitalistas e proprietários, professores, literatos, médicos. Logo após vinham os funcionários públicos, militares, profissionais do comércio, lavradores (nesse caso o pequeno proprietário ou o empregado), farmacêuticos, parteiros, artistas, notários e escritvães, os que tinham profissões manuais ou mecânicas. Na base dessa escala achavam-se os assalariados (jornaleiros e criados), pescadores, empregados do serviço doméstico e aqueles sem ocupação oficialmente declarada.

A sociedade ludovicense tornava-se mais complexa também com as transformações dessa base social, que apresentava uma diversidade socioeconômica maior, e suas relações com os demais grupos eram igualmente diferenciadas em vários níveis. No início dos oitocentos a maioria da população ludovicense era negra ou mestiça, em decorrência da forte presença dos escravos africanos e seus descendentes. Houve muita exploração e desigualdade social, sendo fundamental para as elites, o controle da população, até mesmo pelo receio de revoltas (ABRANTES, 2014, p.36).

Entretanto, aquela sociedade não possuía uma caracterização única no século XIX, pois foi sendo remodelada ao longo do século. Nesse sentido, precisa ser vista para além da relação “Senhor x Escravo”. Eram presentes também livres pobres que, além de braço útil na lavoura, e de pequenos produtores rurais, dominavam profissões como “carpinteiro de machado”, “ferreiros”, “marceneiros”, “ourives”, “pintores”, entre outras, desde a primeira metade do século XIX, segundo dados apresentados por Pereira do Lago (2001, p.121-123). Esses homens livres sem fortuna eram vistos pela elite como preguiçosos, inúteis, perigosos e vagabundos, entretanto, diante da falta de mão de obra, “gradativamente iam sendo aceitos como homens e mulheres que podiam ser integrados ao mercado de trabalho, se mudassem radicalmente o modo de viver” (VEIGA, 2006, p. 18).

Apesar de não haver dados da segunda metade dos Oitocentos, Maikon Veiga (2006) defende a ideia de que nessas profissões ocorreu uma expansão maior ainda dos livres pobres no período, pois havia outras profissões como “pedreiros e carteiros”, “sapateiros”, “tanceiros” e “alfaiates” que eram exercidas majoritariamente pelos escravos; mas, diante da interrupção oficial do tráfico transatlântico de escravos no Brasil em 1850¹⁴, e em

¹⁴ Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de setembro de 1850, durante o segundo reinado do império brasileiro.

seqüência, a saída de uma grande quantidade de escravos negros maranhenses para o sudeste com o tráfico interprovincial, houve uma redução do número de escravos no Maranhão, e conseqüentemente, uma redução de trabalhadores especializados naquelas técnicas, na capital.

Além disso, outros fatores contribuíram para essa transformação social, tornando a sociedade ludovicense da segunda metade do século XIX mais complexa e matizada (FARIA, 2012). Após a eclosão da Balaiada (1838-1841), ocorreu um aumento populacional da capital, e assim, um aumento na ocupação dos terrenos urbanos para moradia, pois muitas famílias do interior migraram para São Luís em busca de segurança (ABRANTES, 2014, p.36). Posteriormente, de forma indireta, a imigração de cearenses no Maranhão (1877 e 1878), que aumentou o quantitativo de livres pobres na Província. Todo esse conjunto demográfico passou a ser empregado, ainda que em escala reduzida, naquelas profissões de ferreiros, pintores, pedreiros, alfaiates, antes praticadas por escravos de ganho.

No rastro desse processo, o governo provincial investiu na formação técnica de pessoas comuns ao longo de todo o século XIX. Foi fundada a Casa dos Educandos Artífices, em 1842, que buscou promover o ensino de ofício, diante do aumento populacional de homens livres destituídos de qualquer fortuna (VEIGA, 2006, p.35). De acordo com Maria do Socorro Cabral (1982), esse estabelecimento tinha a finalidade de:

1º - desviar da carreira dos vícios, dezenas de moços que não tendo de que viverem, nem quem promova sua educação crescem ao desamparo e tornam-se inúteis e pesados a sociedade;

2º - animar as artes e oferecer à capital e à província trabalhadores e artífices que tanto necessita.

Assim, o governo provincial queria proporcionar a educação regular, e por que não dizer “técnica”, àqueles jovens desvalidos para torná-los moralizados, pois o trabalho manual era visto com

desprezo por estar historicamente associado com o trabalho escravo (ABRANTES, 2014, p. 86). Além disso, havia a necessidade de qualificar esses homens livres, que eram taxados pelas elites de preguiçosos e vagabundos, para inseri-los socialmente como mão de obra especializada.

A Casa dos Educandos¹⁵ teve um crescimento significativo. Segundo Maria do Socorro Cabral (1982) no ano de 1855 integrava 137 educandos, enquanto em 1873, eram 300 alunos. Eram oferecidas oito oficinas: gravura, charutaria, marcenaria, alfaiataria, sapataria, carpintaria, pedreiro, serralheria e ferraria; além de aulas de primeiras letras, noções gerais de aritmética e álgebra, escultura e desenho, música, instrumentos de sopro e de corda.

Dessa forma, esses novos incrementos profissionais, tanto pelo Decreto Lei N° 810, quanto a Casa dos Educandos e Artífice, financiados pelo governo, responderam à aspiração opulenta dessa sociedade. Pois, para atender as novas demandas de urbanização e modernização da capital, era necessário o conhecimento de áreas técnicas refinadas, que os escravos dificilmente tinham acesso, o que exigiu a expansão dessas profissões com a formação desses homens livres,¹⁶ que interferiu diretamente nas construções dos ricos casarões de sobrados.

Transformações urbanas

Ricos casarões feitos de pedra e cal foram construídos em São Luís para moradia de suas elites, substituindo muitas casas feitas de barro e cobertas de palhas. Sobrados e solares tiveram uma

¹⁵ Porém, em meados da década de 1870, o número de alunos começa a decair, e as oficinas são reduzidas para apenas quatro. Após a Proclamação da República, encerra suas atividades, em 13 de dezembro de 1889.

¹⁶ Vale ressaltar que, algumas dessas atividades já ocorriam em menor escala desde o século XVII, em São Luís. Carlos Alberto Ximendes (1999) identificou nos livros da Câmara de São Luís (1646 a 1755) oito corporações de ofícios, sendo elas a de alfaiates, tecelões, sapateiros, pescadores, serralheiros, carpinteiros, ferreiros e pedreiros. Ambas envolviam trabalhadores livres brancos, índios, índios forros, e em menor quantidade os negros e negros forros.

concentração maior no bairro da Praia Grande. Mesmo com o fim da Companhia Geral do Comércio, São Luís ainda manteve fortes relações com Lisboa, pois havia um intenso tráfego de navios que movimentava o comércio externo. Margareth Figueiredo (2014) enfatiza que o Maranhão e o Pará se comunicavam mais com Lisboa do que com o resto do país, pois “tão difícil a navegação d’esta costa do norte para o sul, vindo em direcção contraria o vento e a corrente, que mais fácil é ir do Pará ou Maranhão a Lisboa do que por mar ao Rio ou a Bahia” (SOUTHEY, 1862, apud FIGUEIREDO, 2014, p.51).

Isso resultou na importação de técnicas construtivas de Lisboa, com uma influência do estilo pombalino¹⁷ em seus edifícios. Mediante a um capital econômico dos lucros da economia agroexportadora, foram trazidos de Lisboa construtores e mestres de obras que passaram a utilizar matérias importados como cantarias de lioz, azulejos e serralherias, que no deslocamento, serviam como lastro de navios.

Assim, emergiram muitos casarões e sobrados com detalhes sofisticados e adaptados ao clima tropical úmido, possuindo varandas em madeira, com rótulas móveis, “forros espinha de peixe” e o pé elevado para passar a ventilação (SILVA, 2013, p.20). Esses sobrados possuíam até quatro pavimentos, e poderiam incluir um sótão, de acordo com as construções pombalinas; sendo o pavimento térreo formado por lojas e armazéns destinados ao comércio; e os superiores, de uso exclusivamente residencial (FIGUEIREDO et al., 2012, p.17).

¹⁷De acordo com Margareth Figueiredo (2014, p.5) foi um sistema construtivo concebido para a reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, no qual o Marquês de Pombal nomeia o engenheiro-mor Manuel da Maia como chefe da equipe escolhida para executar esse plano. As edificações pombalinas apresentavam outras características avançadas como medidas de segurança contra sismos, canalização da rede de esgotos e a padronização e modulação do edifício para permitir a agilidade da construção, promovida pela introdução de muitos elementos arquitetônicos pré-fabricados, como os madeiramentos e carpintarias (estrutura de gaiola e telhado), as ferragens, as vergas e ombreiras em pedra lioz. Os edifícios possuíam cinco pavimentos, o que incluía um sótão, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso residencial, com acesso de uma escada comum a mais de uma habitação.

A aplicação de azulejos, vindos diretamente de Portugal, nas fachadas dos edifícios intensificou-se na segunda metade do século XIX, e passou a ser um dos aspectos mais característicos da arquitetura civil de São Luís (SILVA, 2013, p.20), a qual exibia o poderio econômico das elites no espaço urbano.

Nos inventários analisados, as tipologias encontradas dos edifícios foram “casa térrea”, “casa de sobrado” e “casa de taipa”, ordem esta, que, segue uma escala decrescente de quantidades encontradas. Ambas poderiam ser de meia morada ou morada inteira, até mesmo os solares poderiam ser divididos entre proprietários diferentes, como se encontra na descrição de bens, no inventário de D. Nercia Nogueira Charlston Damaceno: “a terça parte da casa de sobrado na rua São João, fazendo canto a rua do sol, com cinco braças de frente para a nascente e quinze de fundo ao poente, avaliada por 1:180\$000”.¹⁸

A grande maioria das casas era construída de pedra e cal, esses elementos mais duradouros; como também a telha de barro, madeira de lei, grade de ferro, imprimiam uma imagem de nobreza àqueles edifícios. As casas mais bem avaliadas eram as de sobrado: em se tratando das casas de D. Nércia Damaceno, percebem-se características da arquitetura pombalina, pois possuíam sótão, eram revestidas de azulejos e canalizadas a gás e água, estruturas modernas que valorizavam ainda mais o edifício, além de uma boa localização comercial, como se verifica:

Deu mais a descrever o mesmo procurador uma casa de sobrado morada inteira com sótão sob número 5 sita a rua da Estrela com a frente revestida de azulejos construída toda de pedra e cal e murada composto canalizada a Gás e Água com o oitão do lado do sul próprio e do lado do norte meeiro com a casa do Commendador Antônio Joaquim da Silva Leite medindo de frente ao sul treze metros e sessenta e quatro centímetros de fundos ao nascente vinte oito metros e oitenta e dois centímetros que os avaliadores

¹⁸ Inventário *post mortem* de Nercia Nogueira Charlston Damaceno, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

derao o valor de 20 contos de réis que se
 sai.....20:000\$000
 (Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos
 Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Esse crescimento urbano ocorreu de forma acelerada. Mas, foi preciso transformar outros setores, tanto culturais, como de serviços, para promover a modernização do espaço urbano de São Luís, baseando-se nos padrões europeus; mas, também, sob influência do Rio de Janeiro, então capital, onde ficou instalada a Família Real, “que passou por uma série de reformas físicas no seu espaço urbano” (GERMANO; RIBEIRO; FONTENELE; MOTA; 2011, p.1). Tudo isso refletiu a opulência daquela sociedade.

Na segunda metade do século XIX, São Luís contava com três freguesias, a de Nossa Senhora da Vitória ou Praia Grande, de Nossa Senhora da Conceição e de São João Batista. Naquele período, houve um crescimento considerável, além do crescimento natural vegetativo: a migração de famílias para a capital em decorrência da Balaiada colaborou para o aumento dos dados populacionais, que indicavam uma média de 30 mil habitantes¹⁹, enquanto na primeira metade do século, dados apontam para uma média de 12 a 20 mil habitantes²⁰. Este aumento refletiu no crescimento do número de residências, que passou de 1.553 casas, em 1808, para 2.764, em 1858²¹. E mesmo com essas mudanças exponencialmente crescentes, as casas de palha foram reduzidas para 144 casas, em 1858²², de 300 casas de palha que havia em 1808.

¹⁹ Melo Neto (apud Pinheiro, 2017) em seu estudo da atividade fabril de São Luís aponta para 27.000 habitantes, em 1858. O senador Cândido Mendes de Almeida, em seu *Atlas do Império do Brasil*, computava para o ano de 1868 cerca de 35.000 habitantes (SILVA, 2008, p.49).

²⁰ O Jornalista José Cândido na edição do jornal Farol Maranhense comentou que talvez a cidade já contasse com 20.000 h. Viajantes que passaram por São Luís como Herry Koster, em 1811, estimou em 12.000h e George Gardner, em 1841, estimou em 26.000 (ABRANTES, 2014, p.34).

²¹ De acordo com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial - MA* (1858, Edição 00001, p. 137).

²² Segundo o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial - MA* (1858, Edição 00001, p. 137).

Com o aumento populacional e a expansão de ruas e edifícios, a cidade requeria dos poderes públicos um maior disciplinamento do seu espaço, e de seus habitantes, além de melhorar os aspectos urbanos, oferecendo condições necessárias de higiene, segurança e comodidade (ABRANTES, 2014). Nesse sentido, os Códigos de Posturas (1842-1892) tentavam direcionar a sociedade a esse ideal almejado. Esses documentos, constituídos de leis tinham o objetivo de regular as atividades urbanas e rurais do município e organizar o crescimento da cidade (SILVA, 2008, p.22).

Elaborado pela Câmara de São Luís e sancionado em 4 de junho de 1866, o segundo²³ Código de Posturas instituiu algumas proibições, como a construção de casa de palha e taipa no centro da cidade, pois causava um mal-estar às elites o contraste dessas edificações com a modernidade dos sobrados. Assim como os proprietários de terrenos baldios, nesse mesmo espaço, precisavam edificá-los ou cercá-los com muros que dessem uma aparência de casa. Nos inventários analisados, encontramos outra alternativa utilizada para adequar-se àquelas leis municipais. Havia casas térreas que possuíam somente a frente de pedra e cal e o restante de taipa, dessa forma, apesar da casa ser de taipa, estaria dentro das exigências de embelezamento e harmonização pública da cidade, e assim permanecia nos parâmetros urbanos. Um exemplo é casa de João Martins Marques:

Deo mais a descrever o mesmo procurador uma casa terrea de porta e janella, sob número onze, sita á rua do Egypto, construída a **frente de pedra e cal, e o mais de taipa**, medindo de frente ao poente três metros e setenta quatro centímetros, e de fundos ao nascente onze metros e quarenta quatro centímetros que os avaliadores derão o valor de novecentos mil reis900\$000 (Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM. Grifo nosso)

²³O primeiro sancionado em 1842 e o último em 1892.

Este “retrato” dos contrastes urbanos é descrito por Aluísio de Azevedo em sua obra, *O Mulato*, pois era grande a preocupação com a estética da cidade, pois não eram somente os casebres que incomodavam nas praças, mas, também, a falta de higiene. Num trecho, o escritor deixa claro certa repulsa:

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferrujados de uma rede e uma voz tísica e aflautada, de mulher, cantar em falsete a gentil Carolina era bela; do outro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: Fígado, rins e coração!. Era uma vendedeira de fatos de boi (AZEVEDO, 1996, p.7).

Todo o intento governamental era padronizar e embelezar o ambiente público da cidade. Por isso, ficou proibido o tratamento e preparo de alimentos pelas ruas da cidade, como o peixe frito, nas portas de casa, cais da cidade ou quitandas, bem como a comercialização de peixes, verduras e carnes. Estes gêneros alimentícios teriam que ser vendidos em lugares apropriados, determinados pela Câmara. Era alegada a preocupação com a proliferação de doenças, além do incômodo com o mau cheiro.

Para reforçar a higiene com a limpeza das ruas do perímetro urbano foi estabelecida uma multa aos que fugiam à regra, no artigo 102, do código de posturas, de 1866: “Ninguém poderá lançar à rua coisa alguma que possa torná-la imunda, nem, prejudicar ou incomodar aos que nela estiverem. Aos contraventores a multa de cinco mil reis, e nas reincidências dez; sendo o objeto lançado à rua removido à custa dos contraventores”. Se o infrator não tivesse como pagar a multa, pagaria pena de dois dias de prisão.

Entre as décadas de 1850 e 1870, há um destaque para uma forte intervenção do governo nos serviços públicos de melhoramentos urbanos, como a iluminação pública, o transporte e

o abastecimento de água, “que ainda eram escassos em São Luís na época imperial” (ABRANTES, 2014, p.41).

A iluminação a gás foi estabelecida pela lei nº. 498, de 4 de julho de 1858, e substituiu a iluminação feita por lampiões à base de azeite, instalada em 1825, que apresentava problemas de má conservação e insuficiência na iluminação. João Gouveia Neto (2010) ressalta que uma cidade que pretendia ser civilizada não podia ter suas ruas, becos e praças sem iluminação, pois esta era considerada um dos símbolos da modernidade. No romance de Aluizio de Azevedo, é retratada essa mudança, mas, a Sra. D. Amância Sousellas...

[...] dizia mal da iluminação a gás:

– Dantes os escravos tinham que fazer! Mal serviam a janta iam aprontar e acender os candeeiros, deitar-lhes novo azeite e colocá-los no seu lugar... E hoje? É só chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bico de gás e... Caia-se na pândega! Já não há tarefa! Já não há cativoiro! (AZEVEDO, 1996, p.66).

Pois, para a personagem, o melhoramento na iluminação reduziu os afazeres dos escravos, entretanto, o escritor enfatiza nessa passagem a praticidade do novo serviço de iluminação a gás. Esse serviço ficou protegido pela lei art.105, dos códigos de posturas de 1866. Era multado por dez mil réis ou pagaria pena de prisão por oito dias o indivíduo que apagasse algum dos lampiões, sem que fosse autorizado.

A empresa que prestou os novos serviços foi a Iluminação a Gás do Maranhão que fora recebida com entusiasmo, principalmente pelos moradores dos locais contemplados, como as Rampas do Palácio, o Largo do Carmo, a Praça da Alegria, o Beco do Quebra-Costa, o Cais da Sagração, o Beco do Precipício, o Largo dos Amores, a Rua da Inveja, o Beco dos Barqueiros, a Rua da Palma, o Largo de Santo Antônio e a Praia Grande (SILVA, 2008, p.24). Porém, fica claro que a iluminação pública não atendeu a toda a população, pois concentrou-se apenas em pontos comerciais e administrativos do perímetro urbano, onde

moravam as principais famílias e pessoas ilustres, deixando as ruas mais afastadas e pobres sem iluminação.

As mudanças no transporte urbano também ganharam destaque. Apesar do transporte individual e particular dos palanquins²⁴ ter sido encerrado em 1866, pois eram poucos os alugadores, houve uma ampliação do transporte coletivo, que era realizado em carruagens ou carroças para pequenos grupos. Em 1872, foi inaugurado o serviço de bondes movido à tração animal, após acordo firmado entre o governo e o norte-americano José Maria Bernes, em 1871; sendo instalados trilhos de ferro para o tráfego do bonde, que partiriam do Largo do Palácio (centro da cidade) e passariam pelo Caminho Grande (ABRANTES, 2014, p.46)

O serviço do bonde movido à tração animal, de acordo com Elizabeth Abrantes (2014, p.46), era praticamente contemporâneo às demais companhias de bondes, que se instalaram na capital do Império. No final do século XIX, São Luís contava com três linhas desse serviço, que partiam do Largo do Palácio para a Estação Central, ou aos Remédios ou a São Pantaleão (SILVA, 2008). No entanto, havia muitas reclamações de passageiros, por desencontro de linhas, demoras, das gritarias dos cocheiros, mau estado dos cartões de passagem e, principalmente, pela falta de conforto.

O abastecimento de água na cidade de São Luís era sustentado por fontes públicas, sendo as fontes das Pedras, Ribeirão e Mamoim as mais utilizadas para abastecimento da população. Luís Pinheiro (2017) destaca que grande parte da população dependia das fontes, pois os poços não atendiam nem um terço dos moradores; sendo comum a movimentação de escravos na cidade carregando água ou barris na cabeça. Por isso, o poço tinha um peso de destaque na avaliação de uma casa, o que fica claro na comparação destas duas casas, descritas entre os bens do inventário de João Martins Marques:

²⁴ Substituiu as “redes ornamentadas” e continuou com o costume de ser transportado por escravos, mas por serem camarins ambulantes de pura ostentação, eram mais confortáveis e elegantes, e exigia que os escravos fossem vestidos à altura (ABRANTES, 2014, p.46).

Deo mais a descrever o mesmo procurador uma casa terrea de porta e janella, sita à rua das Barrocas, sob número cinco, construída de pedra e cal, e adobos com sala e quarto tijolada e parte do quintal murado, medindo de frente ao sul quatro metros, e de fundos ao norte trinta metros e quatorze centímetros, que os avaliadores derão o valor de um conto e cem mil reis,1:100\$000
 Deo mais a descrever o mesmo procurador uma casa terrea, meia morada sita a rua das Barrocas, sob número três, construída de pedra e cal, e adobos, toda tijolada, e quintal murado, **com poços mceiros**, medindo de frente ao sul seis metros e trinta oito centímetros, e de fundos ao norte trinta metros e quatorze centímetros, que os avaliadores derão o valor de um conto e setecentos mil reis.....1:700\$000
 (Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM. *Grifo nosso*)

As duas casas eram situadas na mesma rua, possuíam uma diferença mínima, de um pouco mais de dois metros, no tamanho da casa, e mesmo a segunda casa possuindo um poço compartilhado, ela se sobressaia na avaliação com 600 mil réis a mais que a primeira.

A população sofria com as condições de abandono das fontes; era questionada a qualidade da água de algumas; bem como quando, por vezes, ocorria a seca de alguma das fontes, no período de estiagem. O que colaborou para um lucrativo comércio de água, tendo sido parte dele monopolizado por Ana Jansen, que vendia a água pela cidade em pipas transportadas em carroças de burro, e seus aguadeiros buscavam água nos poços de Vinhais e Apicum (ABRANTES, 2014).

Em 1856, foi assinado o contrato para a instalação da Companhia Anil, projeto do engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, que buscou integrar o “tripé de saneamento básico – água potável encanada, com o objetivo de criar condições sanitárias ideais para os moradores de São Luís” (PINHEIRO, 2017, p.59). Segundo Palhano (1988, p.165, apud ABRANTES, 2014) essa água seria canalizada do rio Anil até um depósito no Campo d’Ourique, onde seguiria em tubos de ferro para os seis Chafarizes, localizados no Largo do

Quartel, Praça da Alegria, Largo do Carmo, Largo de Santo Antônio, Praça do Comércio e Praça do Mercado. Os chafarizes, estabelecidos em pontos estratégicos, também enriqueciam a beleza urbana, com as suas decorações da pia e do tanque.

O estabelecimento dessa Companhia ameaçou o serviço dos aguadeiros, assim, foram travadas lutas e embates, principalmente pelos sócios, Dona Ana Jansen e José da Cunha Santos. Assim, diante da oferta de seus serviços, que não era acessível a toda sociedade ludovicense, a Companhia Anil sofreu diversos atentados, que contaminavam as águas dos seus reservatórios, o que fez com que a população voltasse a ter preferência pelos aguadeiros.

Após a falência da Companhia Anil, em 1867, uma nova empresa atuaria apenas em 1874, com o apoio do governo provincial, a saber, a Companhia das Águas de São Luís. Esta previa a utilização de outros reservatórios, além do rio Anil, entretanto, não houve mudanças significativas de ampliação do abastecimento de água, apenas uma minoria tinha acesso a esse abastecimento.

Portanto, o exterior incentivou as ações pela modernização do espaço urbano de São Luís, conotando opulência das elites. Estas, buscavam além de exibir sua propriedade – para reafirmar a sua posição de dominante, civilizado e moderno ou compartilhar das mesmas atividades e dos mesmos espaços para estar nesse núcleo – incentivar seus pares, como a elite intelectual, a buscar essas práticas para que os aproximassem dos padrões europeus; ao mesmo tempo em que os diferenciavam das classes mais baixas. Pois, também envolve uma relação coletiva, não basta somente o individual, as transformações precisavam adentrar no espaço físico e coletivo.

Considerações Finais

Assim, para atender as novas necessidades e luxo da elite, a modernização do espaço urbano de São Luís ocorreu sob interferência do governo. O que demonstrou sua ação pela busca de padronizar e embelezar o ambiente público da cidade, baseando-se nos padrões

européus e na capital Rio de Janeiro. Mas que, por sua vez, ocorreu de maneira seletiva, não contemplou a maioria da população.

Isto significa que a elite usava seu poder de governo para materializar seus anseios de riqueza, de novos padrões de beleza urbana, de trabalho, de sociabilidade. E vale ressaltar que, independentemente dos altos e baixos da economia agroexportadora maranhense, a efervescência nas transformações desse espaço se estendeu e se intensificou na segunda metade do século XIX, período em que se enquadra nosso conjunto documental.

Referências

Fontes Manuscritas

- Inventários *post-mortem* da Comarca de São Luís – 1879

Legislação

- Código de Posturas de São Luís - 1866

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

ARAÚJO, Johny Santana de. A Empresa jornalística no Maranhão na segunda metade do século XIX: O Estado Imperial Os jornais e a construção da Guerra do Paraguai para um público leitor. **Revista FSA**, Teresina, v. 12, n. 1, art. 9, p. 139-150, jan./fev. 2015. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/622>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

AZEVEDO, Aluisio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1996.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.

_____. **As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889).**

Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9346?show=full>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CARDOSO, Patrícia Raquel Lobato Durans. **Lobo x nascimento na “nova Atenas”: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013. Disponível em: <<http://www.ppghis.ufma.br/siteantigo/documentos/Dissertacao%20Patricia.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: _____. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade.** São Luís: Edufma, 2012.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de. Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. **Convergência Lusíada.** Rio de Janeiro – RJ, n. 32, julho - dezembro de 2014, p. 168-180. Disponível em: <<http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcl/article/download/90/91>> Acesso em: 19 nov. 2017.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de; VARUM, Humberto, COSTA, Aníbal. Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil. **Conservar Patrimônio:** Revista da ARP Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Nº 15-16, 2012, p. 43-68. Disponível em: <http://revista.arp.org.ptpdf/15-16_3.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GERMANO, Nivaldo; RIBEIRO, Elias; FONTENELE, Ludmylla; MOTA, Antônia da Silva. Cais da Sagração: O processo de modernização da cidade de São Luís no século XIX. In: II simpósio de história do Maranhão oitocentista 2010. **Anais...** São Luís, 2010. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/germano.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas:** estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010. Disponível em <<http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/26>>. Acesso em: 07 out. 20187.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001. 123 p. (Maranhão sempre)

_____. *Itinerário da província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001. 58 p. (Maranhão sempre)

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, Patrocinada pela SUDEMA, Cia**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 3ª edição (1ª edição: 1870), 1970. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão Colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. **Ana Jansen: Empreendedorismo feminino no século XIX**. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10084/Tese%20FGV.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PINHEIRO, Luís Antônio. **A modernização dos serviços urbanos de abastecimento d'água na São Luís oitocentista, advinda das viagens de estudos de jovens maranhenses para a Europa: Caso da Companhia Anil**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2074>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos; TAVARES, João Claudino. **A produção do espaço urbano e o cotidiano: reflexões para o município de São Luís, MA**. Cad. Pesq., São Luís, v. 18, n. especial, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/731>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SILVA, Camila Ferreira Santos. **Entre modos e modas: modernização e civilidade em São Luís na segunda metade do século XIX**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2008.

SILVA, Régia Agostinho da Silva. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/pt-br.php>>. Acesso em: 21 out. 2017.

SOUSA, Alexander Miller Câmara Sousa. Da igreja aos bailes: os intelectuais positivistas e a imagem feminina e São Luís na segunda metade do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

VEIGA, Maikon Levi Vilar. **A sociedade ludovicense na segunda metade do século XIX: uma análise sócio-profissional (18850-1888)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2006.

VIEIRA, Stéfane Batista. **Restauração da feira da praia grande: um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no centro histórico de São Luís**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão: 1612 -1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1

_____. **História do comércio no Maranhão: 1612 -1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 2.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Economia e sociedade maranhense (1612-1755): elementos para uma reinterpretação**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Assis, 1999.